

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Júlio César Madeira

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS À CIDADANIA: ANÁLISE
DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES
EM PELOTAS

Porto Alegre

2012

Júlio César Madeira

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS À CIDADANIA: ANÁLISE
DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES
EM PELOTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Especialização em
Gestão Pública Municipal – modalidade a
distância da Universidade Federal do Rio
Grande do sul como requisito para a
obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof.^a. Aurora Carneiro Zen

Porto Alegre

2012

Júlio César Madeira

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS À CIDADANIA: ANÁLISE
DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES
EM PELOTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao
Curso de Especialização em Gestão Pública
Municipal – modalidade a distância da Universidade
Federal do Rio Grande do sul como requisito para a
obtenção do título de especialista.

Aprovado em ____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fernando Dias Lopes

Prof.: Msc. Raquel Elgelman Machado

**DEDICO AOS MEUS PAIS, OS QUAIS ME DERAM NESSA VIDA A
POSSIBILIDADE DE PROBLEMATIZAR E POR SEREM AGENCIADORES DO
MOVIMENTO DO MEU PENSAMENTO COMO POTENCIA DE CRIAÇÃO,
AOS MEUS IRMÃOS PELA FRATERNIDADE, AOS AMIGOS PELA
AMIZADE E À VANESSA AO CARINHO, AMOR E CUMPICIDADE.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Maria Cristina e Manoel pelo eterno apoio aos cinco filhos que tiveram e educaram e amaram e amaram e educaram.

Aos meus irmãos Marcus Vinícius, Luiz Eduardo, Carlos Guilherme e Sérgio Danilo pela amizade. Ao pequeno Arthur, meu sobrinho, e ao meu avô Rubens pela pureza de um sorriso infantil. Aos irmãos de vida Cícero, Andrei, Alexandre, Maurício e Leandro pela eterna amizade.

A querida e amável Vanessa com sua doçura, carinho e amizade, que traduz o verdadeiro sentimento de amor entre duas pessoas.

As minhas cunhadas pela amizade que sempre demonstraram.

Aos amigos da Taberna e de todas as andanças nômades.

Agradeço aos meus amigos acadêmicos do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal pelo eterno aprendizado, tanto teórica como em experiência de vida. Em especial agradeço aos amigos Darlene, Daiana, Aline, Denise que sempre tiveram ao meu lado ao longo dessa trajetória.

As tutoras e aos tutores que ao longo do curso incansavelmente foram mediadores nesse processo de construção do conhecimento da EaD.

Também, aos professores, funcionários e colegas da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assim como ao Pólo de São Lourenço do Sul pela acolhida em mais essa etapa de estudos e vivências inesquecíveis.

Com muito carinho agradeço a três pessoas – a minha orientadora Aurora, o meu tutor Marcolino e ao colega-amigo e irmão Álvaro, estes foram presenças decisivas para este trabalho, elas em momentos de dificuldades estiveram comigo lembrando-me “estar em um deserto com as suas pegadas na areia”.

Enfim, agradeço a tod@s aqueles que não têm nome e que estarão sempre em minha vida como irmãos de uma jornada sem fim.

Agradeço a vida que me foi proporcionada, onde aprendi a doce arte da reinvenção e que fundamentalmente me ensinou que dividir é multiplicar.

“Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”.

(Deleuze, 1992)

RESUMO

O presente estudo pretendeu investigar as políticas públicas educacionais à cidadania, especificamente as de formação continuada de educadores, no município de Pelotas, durante o período de 2001 -2004. Para tanto, através de um estudo de caso, com duas gestoras do setor de políticas educacionais da Secretaria Municipal de Educação, pôde-se realizar um movimento de compreensão acerca da efetividade das políticas públicas de formação continuada de docentes, observadas nesse período e suas relações com a cidadania. Como subsídios, para a construção dessa realidade, operou-se com a análise documental e realização de entrevistas com as gestoras. Assim, problematizaram-se as políticas públicas de formação continuada, como instrumento para o diálogo entre Estado e sociedade para as mais diversas demandas sociais, assim como a recente história das políticas públicas em nosso país como uma nova possibilidade para a administração pública. Também, buscou-se pensar as políticas públicas educacionais de formação continuadas dentro de sua perspectiva educacional e em seu papel na construção e efetivação da cidadania. Observou-se no caso do município de Pelotas, que as políticas públicas de formação continuada de educadores, representaram uma possibilidade de construção de autonomia escolar, qualificação do trabalho docente, assim como fomentador de um novo processo que tem efeitos observados até os dias atuais na realidade da educação no município.

Palavras-chave: políticas públicas, educação, cidadania, formação continuada de educadores, Pelotas.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Marcos Teóricos das Políticas Públicas.....	16
Tabela 2 - Modelos de Políticas Públicas de acordo com , Lowi (1964;1972).....	18
Tabela 3 – Os momentos das Políticas Públicas no Brasil.....	22
Tabela 4 - Mapeamento das Políticas Públicas de Formação Continuada em Pelotas 2001 -2004.....	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS À CIDADANIA	13
1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	13
1.1.1 Os marcos teóricos para a construção das Políticas Públicas	15
1.1.2 Modelos de formulação e análise de políticas públicas	17
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	20
1.2.1 Momentos das Políticas Públicas no Brasil	21
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	23
1.3.1 As demandas da cidadania moderna na sociedade	24
1.3.2 A cidadania e as políticas públicas: conceitos e aplicações	25
1.3.3 Formação de Professores Continuada	27
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
2.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	32
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PELOTAS EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES	35
3.2 RELAÇÕES ENTRE AS POLITICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES COM A CONSTRUÇÃO E EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA.....	36
3.3 IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMUNIDADES ESCOLARES ATINGIDAS E MAPEAMENTO DAS E MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONITNUADA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS DE 2001 -2004.....	37
3.4 OS PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO ENTRE O PODER PÚBLICO E A COMUNIDADE ESCOLAR PARA A EFETIVAÇÃO DAS POLITICAS PUBLICAS EDUCACIONAIS PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA E SUCESSO ESCOLAR	51
3.5 IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS DAS POLITICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES À EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

Na atualidade, as relações sociais tornam-se cada vez mais intensas e complexas, tendo-se em vista a era de globalização que se vivencia, onde se redimensionam diversos aspectos de nossa sociedade.

Nesse sentido, novas demandas emergem à educação, apontando a necessidade da atenção nas novas formas de relações dos sujeitos sociais advindos desse processo, o qual promove um intenso contato sociocultural e um acelerado processo de informação e comunicação. Esse se reflete nos processos educacionais e na atuação dos educadores na escola. Por isso, pensar a educação emerge como fundamental diante dessa dinâmica descrita.

Dessa forma, diante do complexo mundo em que se vive, cada vez mais se precisa instrumentalizar reflexões, para que se possa dar conta das minuciosas questões da atualidade. As relações sociais tornam-se cada vez mais intensas e complexas nessa nova ordem social. Nesse sentido, precisa-se estar sempre atento nas relações dos sujeitos sociais entre os aspectos globais, mas não esquecendo os aspectos locais, pois estes serão fundamentais para a compreensão das relações mais específicas, no cotidiano da população, sempre estabelecendo a relação global e local – glocal (HALL, 1998). Nessa perspectiva, se se faz necessário compreender-se as relações que se dão no cenário da cidade – pensando na recontextualização dessas relações nos mais diversos municípios de nosso Brasil. Essa reflexão conduzirá a uma imersão nos mais diversos cenários em relação à dinâmica da vida social e política, em uma relação mais direta com os fatos, pois ao analisar um microcosmo como a realidade de um município está-se adentrando em um a zona mais restrita e específica de fenômenos sociais. As análises locais se tornam fundamentais, assim, precisa-se desenvolver pesquisas que reflitam essa dinâmica peculiar de um município. Nesse sentido, esse trabalho desenvolve uma reflexão sobre políticas públicas educacionais à cidadania, a partir de uma realidade histórica vivenciada no município de Pelotas, no período compreendido entre 2001 a 2004.

Assim, ao serem analisadas as políticas públicas desenvolvidas em um município como o de Pelotas, pode-se refletir acerca dos contornos que seguem os pensamentos políticos, podendo revelar uma fotografia dos contornos sociopolíticos que se desenvolvem nas esferas de poder de cada local.

Nesse estudo, buscou-se investigar as políticas educacionais em Pelotas, a partir do contato com gestores da Secretaria de Educação, principalmente do Setor das Políticas

Educacionais, através dos depoimentos e análise documental realizadas neste local, com a finalidade de buscar subsídios para a consecução desta análise.

Analisando-se a situação da educação na esfera municipal, percebe-se a fundamental importância que as diretrizes políticas educacionais locais assumem em relação aos rumos da educação brasileira. Nesse sentido, a condução das mais diversas políticas nessa área demonstra a importância cada vez maior que a gestão pública assume quando da construção de políticas públicas efetivas a construção da cidadania pela população em geral.

O escritor deste estudo, ao ter contato com alguns materiais referentes à gestão pública municipal da educação no município de Pelotas entre os anos de 2001-2004, pôde verificar uma gama de políticas públicas educacionais com viés fortemente participativo (PELOTAS, 2004). Sobretudo, destaca-se dentre as políticas educacionais do período citado, as que tratam especificamente da formação continuada dos docentes da rede municipal de ensino.

Nesse sentido buscou-se a realização de um estudo acerca da formação continuada de educadores, para pensar a relação dessas políticas com a cidadania nesse contexto local. Para tanto, o estudo contou com a colaboração dessas duas gestoras citadas que vivenciaram intensamente esse processo.

Nesse contexto, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: qual a efetividade das políticas públicas educacionais de formação continuada no município de Pelotas no período compreendido entre os anos de 2001 – 2004?

Para traçar algumas palavras acerca dessa situação, o presente estudo tem como objetivo investigar a efetividade das políticas públicas educacionais de cidadania, tendo como recorte a realidade das políticas educacionais à formação continuada de educadores do município de Pelotas no período 2001- 2004.

Especificamente para a obtenção desse desiderato, buscou-se: 1) caracterizar o município de Pelotas em relação à formação continuada de seus docentes, 2) traçar relações entre as políticas públicas de formação continuada de educadores com a construção e efetivação da cidadania, 3) identificar as principais comunidades escolares atingidas com as políticas públicas educacionais de formação continuada docente na construção da cidadania, 4) descrever os processos de articulação entre o poder público e a comunidade escolar (educadores, diretores e gestores) para a efetivação das políticas públicas educacionais para a promoção da cidadania e sucesso escolar e 5) identificar os efeitos das políticas públicas educacionais de formação continuada de educadores à efetivação da cidadania para a população.

Neste sentido, buscando maximizar as reflexões deste estudo, principalmente para a realização de uma leitura mais clara, o presente trabalho está estruturado em 04 (quatro) partes, sendo a introdução até agora trabalhada a primeira destas. Esta estruturação se dá para facilitar a compreensão e pela necessidade de trabalhar diferentes temas dentro do mesmo texto.

Na segunda parte será tratado das categorias analíticas que enriquecem e aprofundam as compreensões sobre o objeto e a temática do trabalho, ao trazermos as fundamentações teóricas nodais para a construção de toda a reflexão. Pois são apresentadas as seguintes discussões acerca das políticas públicas educacionais à cidadania: políticas públicas, passando pelos marcos teóricos à construção de uma teorização acerca do tema, assim como pelos modelos de formulação e análise das mesmas. Trabalham-se também as políticas públicas no Brasil, sendo pensando os momentos das políticas públicas no Brasil. Em um último momento desse capítulo, estudam-se as políticas públicas em educação, passando pelas demandas da cidadania moderna na sociedade, pela problematização da cidadania e as políticas públicas com seus conceitos e aplicações e a formação de educadores de forma continuada.

Na terceira parte, trata-se do momento onde entra em cena a metodologia, relatando sobre os caminhos percorridos para realização do estudo de caso no município de Pelotas, tanto pela análise de documentos como pela realização de entrevistas para a captação dos dados relacionados às políticas públicas educacionais de formação continuada docente, vivenciadas no período em questão.

Na quarta parte, estão contidos os momentos experienciados na produção da presente reflexão, estão relatadas as informações e descrições do que fora encontrado no município pesquisado em relação às políticas educacionais de formação continuada de educadores, tanto pela análise documental como das informações coletadas através das entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Sendo um momento de trazer dentro do recorte de estudo uma síntese dos principais objetivos propostos na construção da reflexão

1. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS À CIDADANIA

Neste momento passa-se a reflexão teórica acerca da temática das políticas públicas, desde a gênese dos conceitos sobre tal, passando pelas políticas públicas no Brasil e a análise das políticas públicas educacionais no país e suas relações com a efetivação da cidadania.

1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas, de uma forma geral representam ações políticas que surgem do interior da sociedade e se fortalecem, principalmente pela participação dos sujeitos sociais envolvidos em uma dada realidade prática, em um dado contexto histórico.

Como objeto de investigação, observam-se as políticas públicas pela inclinação a um tema de grande relevância na sociedade contemporânea, este se refere à ao trabalho realizado pelas atividades fundadas em certa legitimidade no âmbito público ou nos setores governamentais. (THOENIG, 1997)

Nessa seara das políticas públicas, verifica-se um conjunto de conhecimentos e enfoques que apresentam diferentes questões para a discussão acerca das mesmas. Nesse sentido, Thoenig (1997, p.20) aponta essa incrível morfologia. Esse aspecto vasto, acerca da composição desse campo de conhecimento, desperta diferentes concepções teóricas, há os que têm otimismo e percebem um momento de encontro para o diálogo entre esses vários pensamentos. Já os pessimistas, acreditam esse encontro ser um movimento que lança uma convulsão conceitual, uma espécie de um projeto heterogêneo, tendo como produto algo não eficaz.

Saraiva (2007, p. 28 -29) questiona o que seria uma política pública e aponta que se refere a um conjunto de decisões cuja direção busque o equilíbrio de um corpo social ou o desequilíbrio desse mesmo, quando necessário para realocar alguns elementos. Essas decisões se condicionam em virtude desse próprio conjunto de medidas provocadas pelo processo decisório na sociedade.

Lahera (2004) afirma que as políticas públicas representam entidades distintas, no entanto estão intimamente ligadas. O autor acrescenta que ambas relacionam-se ao poder da sociedade. Distingue-se assim política de política pública. Em relação à política percebe-se

essa representar um universo conceitual mais amplificado, já as políticas públicas tratam-se de questões específicas relacionadas ao trato dos assuntos de ordem pública. Dessa forma, pode-se analisar a política, a partir da busca no estabelecimento de determinadas políticas públicas das mais variadas ordens temáticas, assim como na gerencia sobre as mesmas. Diante disso, o autor acrescenta que as políticas públicas representam um elemento de intersecção entre a política e as decisões do âmbito do governo, assim como da oposição a esse. (LAHERA, 2004)

Nessa perspectiva, essas políticas são programas realizados pela ação governamental, com o fulcro de maximizar a força estatal para a busca da concretização de diversas demandas da sociedade, as quais representam fundamental avanço para a sociedade. Elas vão interferir no domínio social das relações, pela realização de metas e caminhos a serem alcançados pelo Estado, para a efetivação dos direitos fundamentais à dignidade humana. Justamente aí que surge a compreensão das políticas públicas, buscando redimensionar o papel exercido pelo Estado, assim como na necessidade de pensar um governo pelo sucesso ou insucesso de uma dada política em questão.

Dessa forma, o contexto de surgimento das políticas públicas relaciona-se às novas necessidades que o Estado apresentava no século 20, pelas inúmeras transformações ocorridas. Também, contribui para o seu surgimento o movimento de um novo modelo de administração pública. Como nas palavras que se seguem

No final do século XX, com o aprofundamento da crise do welfarestate, com as convulsões econômicas, sociais e políticas enfrentadas, principalmente a partir do final da década de 1970, junto com o movimento da nova administração pública, o Estado é fortemente questionado tanto em suas funções quanto na real eficácia de suas ações interventoras na realidade social. (TREVISAN; BELLEN, 2008, p. 530)

Esse é o contexto em que surgem as políticas públicas como instrumentalidade para o Estado repensar novas formas de intervenção social mais efetiva e que fossem ao encontro dos anseios da população

Diante do apontado, observa-se que as políticas públicas assumem na realidade, uma perspectiva de realocar as compressões acerca das prerrogativas a serem exercidas pelo Estado em relação aos seus cidadãos, nas mais diversas atividades da vida cotidiana.

Esses são alguns dos argumentos que demonstram o surgimento das políticas públicas, assim como a sua visibilidade no cenário social. A seguir passa-se a tratar de forma mais minuciosa sobre alguns elementos contribuintes para essa configuração.

Dentre tantos fatores para a incidência de uma maior visibilidade em relação à área das políticas públicas, podem-se evidenciar alguns indicativos realizados por (SOUZA, 2006) que apontam e explicitam a emergência dessa dinâmica.

1º Fator

Como primeiro elemento pode-se apontar a adoção de políticas de cunho restritivo, em relação ao gasto que passaram a integrar a agenda dos governos de muitos países, principalmente os que estavam se desenvolvendo. Nesse momento, com a condução dessas políticas passa-se a perceber uma maior visibilidade das políticas públicas.

2º Fator

Em outro momento, verifica-se o surgimento de novas visões sobre a função dos governos em substituição ao modelo de Keynes, com a adoção de corte de gastos nas políticas. Essa remodelação obrigou a presença de um equilíbrio no orçamento público (receita e despesa), assim como restrições ao intervencionismo estatal. Esta diretriz esteve presente, na década de 1980 em países na América latina principalmente.

3º Fator

O terceiro elemento também está relacionado com os países em desenvolvimento e com processo de democratização recente (América latina principalmente), pela dificuldade da formação de coalizões políticas que possam articular políticas públicas propiciadoras do desenvolvimento da economia e a promoção da inclusão social da maior parte da população (SOUZA, 2006, p.20-21).

Após elencar os fatores que foram responsáveis por desencadear uma maior visibilidade para as políticas públicas, analisam-se as matrizes teóricas que circundam a área das políticas públicas.

1.1.1 Os marcos teóricos para a construção das Políticas Públicas

A partir do trazido por Souza (2006, p.21), elabora-se o seguinte quadro com o panorama desses construtores das políticas públicas enquanto teorização. Assim contando com quatro grandes nomes principais na elaboração teórica. São eles: Laswell (1936),

Simon(1957), Lindblom (1959;1979) e Easton (1965).¹A seguir, na tabela 1, pode-se visualizar.

Tabela 1 – Marcos Teóricos das Políticas Públicas

	Abordagem	Conceito criado
Laswell(1936)	Concilia conhecimento científico e acadêmico com a produção empírica de governos para também manter o dialogo entre, cientistas sociais, grupos de interesses governo.	Policyanalysis (análise de política pública)
Simon (1957)	Pensa que a racionalidade dos decisores públicos apresenta-se limitada por alguns elementos: informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc., Também que a racionalidade possa ser maximizada pela criação de estruturas de incentivo que regule o comportamento dos sujeitos envolvidos, vetando a maximização de interesses próprios	Racionalidade limitada dos decisores públicos (policymakers)
Lindblom(1959; 1979)	Propõem novas variáveis tanto na formulação quanto na analises das políticas públicas além da racionalidade. Essas vão desde as relações de poder e a integração no processo decisório. Também as eleições, as burocracias, m os partidos e os grupos de interesse.	Problematiza a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon
Easton (1965)	Acredita que as políticas públicas recebem inputs tanto dos partidos, assim como das mídias e dos grupos de interesse, os quais com grande influencia nos efeitos e resultados	Define política pública em uma lógica sistêmica, como sendo uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Fonte: Sousa (2006)

Essas perspectivas teóricas vêm a representar a base da discussão das políticas públicas enquanto área do conhecimento na busca de uma sistematização desse novo conhecimento.

¹ Para a elaboração desse quadro foi utilizado trechos de Souza (2006), a partir da obra mencionada.

Também se observa a existência de inúmeras definições que se pode estabelecer em relação ao que sejam políticas públicas. Assim pode-se apontar não haver uma única diretriz definidora. A autora citada trabalha ancorada em perspectivas teóricas que definem o tema, a partir de um mandamento que enuncia a não existência de uma única, nem melhor definição sobre o que seja uma política pública. (SOUZA, 2006, p. 24).

Nesse horizonte ela apresenta o pensamento de alguns dos autores que trabalham com a definição de política pública em diferentes direções. Mead (1995) determina as políticas públicas como um campo analítico dentro da área maior da política que debruça suas análises levando em conta as questões de caráter público. Elyn (1980) determina como políticas públicas a gama de ações governamentais com determinadas finalidades específicas. Peters (1986) apresenta a mesma perspectiva do anterior, pensando política pública como o somatório do conjunto de atividades desenvolvidas pelos governos, de forma direta ou delegada, exercendo por assim dizer, grande influência em relação aos cidadãos. O pensamento de Dye (1984) aponta política pública como a discricionariedade do governo fazer ou não fazer alguma ação. Laswell representa a perspectiva mais difundida e conhecida em relação à definição do que seja política pública, ele situa a necessidade para definir as decisões e análises, passando por algumas questões: quais sujeitos ganham o que esses sujeitos ganham, por que esses sujeitos ganham e qual a diferença tem a ação.

Além da definição do que sejam políticas públicas, observa-se a existência de um postulado relacionado a diferentes modelos que possam se apresentar, variando em suas características essenciais. Analisam-se tais modelos na seqüência.

1.1.2 Modelos de formulação e análise de políticas públicas

No campo das políticas públicas, encontram-se modelos criados com o objetivo de um melhor entendimento acerca da intencionalidade dos governantes, assim como os parâmetros de conduta que esses governos executam ou deixam de executar determinadas ações. Essas terão repercussão na vida cotidiana da população como um todo (SOUZA, 2006, p28).

Em relação aos modelos de políticas públicas, referencia-se Lowi (1964; 1972), pelo desenvolvimento de uma tipologia das políticas públicas de grande notoriedade. Nessa tarefa, o autor, colabora trazendo uma máxima: a política pública é o que dá forma a política. Pois a escolha por uma ou por outra política pública implica apoios e rejeições, assim como

inevitáveis disputas nas mais diversas arenas políticas. Nesse sentido, Lowi (1964;1972) estabelece quatro modelos de políticas públicas, conforme disposta na tabela 2.

Tabela 2 - Modelos de Políticas Públicas de acordo com , Lowi (1964;1972)

Modelos	Tipologia Política
1º Grupo –	Políticas distributivas – compreendem desde decisões tomadas pelos governantes, os quais não consideram a limitação dos recursos, o que provoca inúmeros impactos mais na órbita individual que universal, pelo privilégio a alguns grupos ou áreas
2º Grupo –	Políticas regulatórias – tem maior visibilidade à população, tendo ligação com burocracia, políticos e grupos de interesse.
3º Grupo –	Políticas redistributivas – de maior amplitude. Acaba decretando perdas visíveis a alguns grupo sem um curto prazo ao passo que ganhos a outros grupos.
4º Grupo –	Políticas constitutivas – são de caráter procedimental

Fonte: Tabela construída, a partir das ideias desenvolvidas por Souza (2006)

Após a ilustração da tabela 2, vale mencionar que o autor não coloca nenhum dos modelos como o melhor em detrimento de outros, apenas traça as características desses, apontando que a escolha por determinado tipo de política pública acarretará uma série de movimentos no interior da arena política.

A autora acrescenta acerca das políticas públicas, tratando do contexto de surgimento das políticas públicas nos Estados Unidos. Nesse contexto, verifica-se que a área das políticas públicas enquanto uma disciplina acadêmica tem seu surgimento como uma subárea da ciência política, o que se considera o terceiro passo trilhado pela ciência política

estadunidense tendo como eixo o estudo do mundo público. Conforme se observa, ela tem seu nascimento nos Estados Unidos percorrendo alguns caminhos.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. (SOUZA, 2006, p.21-22)

Como observado, a área das políticas públicas enquanto conhecimento acadêmico surge nos Estados Unidos, percorrendo seus primeiros passos no mundo das universidades não estabelecendo relações com as bases teóricas do papel do Estado como ocorrido no continente Europeu.

Em um primeiro momento tinha como norte uma tradição trazida por Madison, tendo como objeto o estudo de instituições tratadas como nodais para barrar a tirania e as passionalidades da essência dos homens. Um segundo momento refere-se à influência da teoria de Paine e de Tocqueville, os quais percebiam no campo das organizações locais, no intuito da promoção da melhor tipologia de governo. (SOUZA, 2006)

As políticas públicas então vêm a representar um novo momento para a ciência política na busca de compreender a racionalidade dos governos quando da tomada de decisões e de suas ações. (SOUZA, 2006)

Nesse sentido, a contribuição acadêmica também auxilia na tarefa de apontar as representações e contornos das políticas públicas em nossa sociedade, enquanto uma categoria fundamental para a compreensão da atividade estatal.

Também, a política pública representa um ciclo de deliberação, onde existem diversos estágios em um verdadeiro processo dinâmico. Esse ciclo é constituído de algumas etapas, estas são: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 29)

Conforme Souza (2006), das inúmeras possíveis definições e tipologias de políticas públicas, pode-se realizar uma síntese de suas diretrizes principais, principalmente na avaliação da efetividade dos governos na execução de suas tarefas. Conforme demonstra.

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política

pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 36)

Percebe-se que as políticas públicas não se restringem às leis e regras, elas significam uma ação de intencionalidade, com dados objetivos a serem realizados para a construção de uma agenda governamental. Em suma, não representa processos estáticos, assume uma conotação que leva em conta a participação dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de construção de políticas para a sociedade como um todo.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

No Brasil, pode-se dizer que o crescimento da temática das políticas públicas em diversas pesquisas deu-se pelas inúmeras mudanças ocorridas recentemente na sociedade brasileira. Nesse cenário percebe-se um novo processo em relação aos governos os quais inovam em suas políticas e passam a experimentar mais em suas agendas locais. Essa nova realidade explicada em grande escala pela corrida eleitoral, assim como alguma autonomia das localidades e do processo de reforma estatal (ARRETCHE, 2003).

Na última década, verificou-se um grande crescimento nos estudos que contemplam a temática das políticas públicas, mesmo em tímido volume, no entanto inegável observar esse movimento nos últimos anos. (ARRETCHE, 2003)

Isso pode ser observado nos trabalhos acadêmicos relacionados às atuações dos governos, assim como a criação de forma sistemática de disciplinas, tanto nas pesquisas em âmbito de graduação como na esfera da pós-graduação. Em suma, vislumbra-se um cenário de crescente interesse no âmbito acadêmico pela área das políticas públicas, sobretudo na construção de pesquisas acerca de tais temas, assim como no fortalecimento de organismos de incentivo à realização desses estudos (TREVISAN; BELLEN, 2008)

Arretche (2003) utilizando Melo (1999), aponta a existência de uma grande caminhada a ser realizada, tendo-se em vista a realidade dessa temática em nosso país. Pois a disciplina de políticas públicas manifesta uma deficiência, isso evidenciado pelo aumento de estudos superficiais com ausência de uma agenda de pesquisa na área em questão, caracterizando essa

área como uma baixa acumulação teórica². Outro elemento que de certa maneira intensifica essa fragilidade da área das políticas públicas refere-se ao seu caráter recente e interdisciplinar. A solução dessa debilidade passaria pela criação de organismos específicos, onde essa temática fosse apreciada de forma qualificada nos espaços das universidades, através dos periódicos de âmbito nacional e internacional (SOUZA, 2003)

Verifica-se que o conteúdo das políticas públicas brasileiras tem sido marcado pela subordinação à agenda política do país. Isso se visualiza nas produções acadêmicas, as quais representam os resultados atingidos por políticas realizadas, ou pela utilização atualizada dos subsídios do já consolidado nos programas do governo. (ARRETICHE, 2003)³

O que fundamenta o estudo em questão é a adoção do conceito que Carvalho (2003), adota em relação à política pública. Esta categorização compreende a política pública em uma visão sistêmica que tem seu funcionamento em fluxo, e não como uma sequência linear de fases. Nesse sentido o que melhor define as políticas públicas a analisa como um verdadeiro processo contínuo do campo decisório. (CARVALHO, 2003)

1.2.1 Momentos das Políticas Públicas no Brasil

Em relação aos caminhos contornados pelas políticas públicas no Brasil, pode-se perceber momentos fundamentais que apontam um processo histórico que apresenta três grandes etapas das políticas públicas em nosso país. Nesse sentido, recorre-se à contribuição de Trevisan e Bellen (2008), quando dialogam e analisam o explicitado por Melo (1998; 1999). Conforme analisado pelos autores, percebe-se um grande crescimento da análise de políticas públicas na década de 80, isso posto pela situação vivenciada no final da Ditadura Militar, assim essa expansão percorreu os seguintes contextos, descritos na tabela 3.

² Em trabalho recente, realizado no âmbito da Anpocs, Melo,(1999) constatou que essa disciplina no Brasil se caracteriza por uma baixa capacidade de acumulação de conhecimento, derivada da proliferação horizontal de estudos de caso e da ausência de uma agenda de pesquisa.

³Conforme, Arretche (2003) multiplicaram-se as dissertações e teses sobre temas relacionados às políticas governamentais; disciplinas de políticas públicas foram criadas ou inseridas nos programas de graduação e pós-graduação; criaram-se linhas de pesquisa especialmente voltadas para essa área; instituíram-se agências de fomento à pesquisa, assim como linhas especiais de financiamento para a área.

Tabela 3 – Os momentos das Políticas Públicas no Brasil

1ª motivação	2ª motivação	3ª motivação
Inicialmente pode-se mencionar a modificação da agenda política.	Constatou-se, após o final do período autoritário vivenciado em nosso país	O advento da difusão de uma idéia de reformismo do Estado e do aparelho estatal
Nos anos 70 houve um deslocamento da agenda política – ela estava estruturada em questões relacionadas ao modelo de desenvolvimento do país.	que continuaram os diversos empecilhos a realização de políticas sociais que já existiam. Esse fato serviu no fortalecimento do estudo sobre as políticas. Há um desgosto em relação ao papel do Estado pela população, o que faz haver um crescente interesse pelos instrumentos e condições de efetivação das mais diversas ações públicas.	espalhou-se pelo mundo, chegando até o Brasil. Esse fato fez com que a agenda das décadas 80-90 fossem regidas por esse principio de organização do estado. Nesse sentido, pôde-se observar o surgimento de inúmeros estudos acerca das políticas públicas. A temática do arranjo institucional novamente assume relevo nas preocupações governamentais.
Principalmente sobre os impactos redistributivos realizados pelo governo e o tipo de racionalidade modernizadora de caráter conservadora, projetada pelo governo ditatorial		
Manifestavam-se como questões centrais para a agenda as relacionadas ao arranjo institucional		O encantamento da sociedade brasileira passa do estado á sociedade civil

Fonte: Tabela construída a partir da leitura de Trevisan e Bellen (2008).

De acordo com a tabela 3, percebem-se três fundamentais momentos das políticas públicas no Brasil. Um primeiro – na década de 70, onde a agenda política modificou o foco político, observava-se o desenvolvimento brasileiro através de uma racionalidade modernizadora com um caráter conservador. Um segundo – quando no final do período militar ficou constatada a dificuldade na implementação de diversas políticas sociais, o que acabou gerando um fortalecimento no estudo sobre as políticas públicas. Nesse sentido, houve a necessidade de uma reestruturação do modelo institucional fazendo com que o governo buscasse novos instrumentos e condições de efetivação das mais diversas ações públicas. E, por último, pode-se analisar o surgimento de inúmeros estudos acerca das políticas públicas em virtude da chegada ao Brasil de um pensamento mundial em relação ao reformismo do

Estado, sendo observado um deslocamento em parte de diversas questões estatais para a sociedade civil.

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

As políticas públicas educacionais no Brasil representam ações que vislumbram o atendimento de questões cruciais para a educação, nesse sentido o papel das políticas públicas na área da educação, vem a minimizar as grandes carências no ensino assim como na realidade prática das escolas brasileiras. Para que se tenha uma visão mais crítica em relação às pesquisas relativas às políticas públicas educacionais, tendo como cerne a análise da totalidade dos processos e das inúmeras relações, se faz necessário que seja executada uma investigação um tanto quanto aprofundada. Isso sendo percebido, tanto no campo das políticas de caráter mais amplificado quanto as de necessidade imediatas. (MAINARDES, 2009).

Nesse sentido, destaca-se o fato de que uma política pública que tenha como âmbito a educação, com a finalidade de uma maior interferência sobre o trabalho docente, inclina-se a pensar currículos que tenham como pano de fundo a constituição de novos sujeitos. Por isso, as políticas públicas educacionais expressam como tendência a elaboração de um novo paradigma curricular que vislumbre à formação desses sujeitos, de um modo geral, tanto dos educadores, como dos demais membros do contexto escolar. Dessa forma, inevitável afirmar-se que o currículo representa uma das principais formas de regulação que as políticas públicas educacionais apresentam para a corporificação de um dado discurso que se tenha de educação. (POPKEWITZ, 1994)

Soma-se ao debate a perspectiva da política educacional, como um verdadeiro texto, onde se percebe diversas formas de interpretar seu conteúdo essencial. Ocorre que há uma possibilidade múltipla de formas de leitura do texto de uma política, tendo em vista à heterogeneidade dos sujeitos. Em última escala esses últimos decodificam esses textos dependendo dos aspectos característicos de cada contexto onde estão inseridos. (BALL, 1994)

Pretto (2006) analisa as políticas públicas educacionais, no contexto da contemporaneidade, tendo como foco as relacionadas à cultura, telecomunicações e ciência e tecnologia. Apresenta que essas inúmeras inovações tecnológicas trouxeram desafios, principalmente pelo advento da Internet que modificou as formas de vida e de pensamento dos seres humanos. Dessa maneira, aponta a adoção da política educacional do softwer livre pelo

Governo Federal, assim como ao incentivo à cultura digital e a implementação de uma grande reflexão sobre o sistema brasileiro de TV Digital. Sinaliza a necessidade da utilização dessas tecnologias à formação de professores, no sentido da construção de políticas educacionais inseridas nesse novo contexto.

Wiederkeh (2009) analisa o papel das políticas públicas educacionais, no acesso ao mercado de trabalho, no que tange aos fatores educacionais que dificultam ou mesmo impedem o ingresso do jovem aos postos de trabalho. Esse estudo se deu, a partir de entrevistas semiestruturadas com quatro jovens que experienciaram mais de 10 entrevistas de emprego. Também foram investigados os pais desses jovens e cinco empresários ou representantes desses mesmos para se refletir sobre a situação da dificuldade de ingresso no mercado de trabalho.

Diante desse estudo, a autora analisa a necessidade de uma revalorização do espaço escolar, como um espaço transformador, através das experiências educativas e os movimentos sociais, tendo como finalidade que os jovens venham a entender a gênese social da não obtenção de um espaço no cruel mercado de trabalho. Em relação às políticas públicas educacionais, observa-se que essas instrumentalizam o acesso à educação e ao trabalho e são reflexos da história de nosso país. Demonstra-se assim a importância delas para a promoção de novas ações educativas, no enfrentamento das dificuldades encontradas pelas políticas educacionais, sobretudo às relacionadas à questão do trabalho.

1.3.1 As demandas da cidadania moderna na sociedade

Nesse momento, será tratado de um ponto fundamental para um maior aprofundamento das políticas públicas, esse se refere à cidadania e a necessidade de compreenderem-se os movimentos oriundos da sociedade como canal à gênese de inúmeras políticas públicas, sobretudo as relativas à educação.

Quando se pensa as dimensões de cidadania a serem analisadas em um viés contemporâneo, inevitável pensar-se nesse conceito atrelado ao pensamento moderno. Necessário se faz perceber-se que os movimentos sociais representam grande importância nos contornos de cidadania contemporânea, conforme se observa nas palavras:

A crise das grandes estruturas verticalizadas e hierarquizadas, combinada com a diversidade trazida pelas tecnologias de comunicação e informação, está criando condições para novas formas de organização dos movimentos sociais. Estes tendem a ser mais diversificados porque delimitados quanto a seus objetivos - preservação ambiental, direito do consumidor, combate à violência, por exemplo. (MELLO, 1991, p.10)

Por essa passagem, percebe-se que essa realidade buscada pelos movimentos sociais, tem uma forte penetração nos âmbitos das localidades, tendo em vista as realidades peculiares de cada região. Essas buscam categoricamente a melhoria na qualidade de vida daquela pequena realidade vivenciada dentro do microcosmo das nossas cidades.

Toda essa força que os movimentos sociais apresentam perante a sociedade civil já foi captada pelos partidos políticos, pois em muitos contextos se articulam com diversos segmentos destes movimentos para aglutinar forças em suas agendas. No entanto, a autonomia que pressupõem a existência desses movimentos se relativiza, quando em circunstâncias pontuais os partidos sejam importantes. Esse momento refere-se à necessidade do respaldo político partidário em alguns contextos sociais principalmente como intermediário em diversas arenas. Como se analisa:

No entanto, essas formas de exercício da cidadania dependem, para sua efetividade, de conhecimento sobre a natureza dos problemas concretos que motivam a mobilização das pessoas, acesso e seletividade no uso da informação, domínio dos mecanismos legais e institucionais que existem para encaminhar suas demandas. (MELLO, 1991, p.11)

Como apontado, esses diversos conhecimentos devem ser explorados pela escola, logicamente não apenas nesses espaços, pois a luta pela construção da cidadania amplia-se para além de uma cidadania formal, passando pelo conhecimento dos interesses dos sujeitos e da comunidade envolvida. Esses momentos, onde se propiciam aquisição de novos conhecimentos, construção de novos valores e compreensão da problemática conjuntural da sociedade e as trocas presenciadas no convívio social em um contexto plural, representam a condição para que a cidadania planetária possa ser exercida plenamente sem distorções da realidade e segmentações sociais. Esses são as bases de uma sociedade nova com justiça, solidariedade e integral. (MELLO, 1991)

1.3.2 A cidadania e as políticas públicas: conceitos e aplicações

Este último conceito - a cidadania - atualmente vem revestida de grande complexidade da concretização em que a mesma ocorrerá, trazendo controversas em relação a como se apresenta a articulação entre as cidadanias e as subjetividades envolvidas, essas atualmente apresentam-se truncadas, deixando as sociedades contemporâneas diante de um dilema em relação às alternativas de emancipação. (SANTOS, 2006)

Além disso, tendo em vista o processo de redemocratização, o Brasil ainda configura-se prematuro nos processos de participação social e de tomada de consciência social, assim como nas dimensões de cidadania da realidade prática, tendo em vista essa cidadania se apresentar com um caráter formal, assegurada apenas legalmente pela Constituição Federal de 88 (CARVALHO, 2002).

Entretanto, a dimensão de cidadania que se apresenta atualmente vai para além da cidadania clássica desenvolvida por Marshall, onde pensava a cidadania na esfera civil, política e social (MARSHALL, 1967). Na contemporaneidade, necessita-se como desafio desse século da construção de uma cidadania de forma planetária, sendo todos sujeitos interligados nesse mundo complexo em suas mais diversas relações. Certamente, essa cidadania em esfera mais amplificada para o globo, não passa por cima das cidadanias locais e ou regionais, muito pelo contrário necessita do fortalecimento das mesmas. (MORIN, 2001)

Essa conceituação busca compreender noções mais complexas que essas três esferas mencionadas, o que aponta para as noções de emancipação social pelos processos sociais (SANTOS 2006). Não se restringe assim, a cidadania a uma delegação de poder ou a uma questão meramente eleitoreira, em um horizonte mais reflexivo, pensa-se em relação a esta, em uma perspectiva de cidadão no mundo, cidadão na cidade, relacionando este conceito às mulheres e homens em sua condição ontológica.

No entanto, não representa uma tarefa simples analisar a questão da cidadania em um local, mesmo que em um recorte mais restrito como é o caso de um município, sendo assim, pode-se buscar referenciais demarcatórios que podem auxiliar nessa tarefa. Dentre as formas de aproximar-se dos contornos de cidadania, a reflexão acerca dos aspectos políticos e participação popular se apresentam com bastante êxito. Sobretudo na análise de uma categoria que a cada dia emerge com força nos espaços de promoção de políticas voltadas à população. Em outras palavras as políticas públicas, hoje representam uma importante ferramenta de análise dos contornos em relação a essa categoria cidadania.

Nesse sentido, as políticas públicas representam uma resposta dos atores sociais em relação às inúmeras demandas que se originam no cenário da sociedade, pela manifestação dos mais diferentes grupos sociais.

Isso se demonstra na construção da cidadania, a partir da vivência de políticas públicas descrita em um trabalho realizado no município de Porto Alegre, no diálogo realizado entre cidadania e políticas públicas nesta localidade. Essa reflexão apresenta-se como grande referencia na construção desse esforço, pois a temática trabalhada nesse estudo passa por questões trazidas nesse estudo realizado por Costa (2007). A referida autora, apresenta diversas inferências acerca da cidadania e políticas públicas, como fruto da tese de doutorado intitulada “Consciência política e cidadania mediadas pela participação política: um estudo de caso em Porto Alegre”.⁴

Nesse horizonte, o presente estudo analisa a políticas públicas educacionais no município de Pelotas (2001 - 2004) retrata um pouco da dinâmica do processo vivenciado, tendo como proposta a realização de uma investigação como a realizada por Costa (2007), no sentido de problematizar alguns elementos dessas políticas públicas na esfera municipal.

Com essas reflexões iniciais origina-se o presente estudo, tendo em vista um criterioso processo de definição conceitual, em relação aos conceitos relacionados ao objeto de pesquisa em investigação.

Os esforços se direcionam no sentido de resgatar as políticas públicas em educação, no entanto, pode-se verificar uma gama enorme de políticas dessa natureza. Coube nesse esforço teórico pensar em políticas de grande repercussão dentro do contexto da educação neste momento. Estas se referem às políticas públicas de formação de educadores, tendo em vista da necessidade da constante formação dos profissionais que exercem essa atividade. Dentro da formação, pensa-se em tratar especificamente da formação continuada, tendo-se em vista como já dito uma constante formação para os docentes em atuação.

1.3.3 Formação de Professores Continuada

⁴ Apresenta-se trecho do texto da autora: O estudo foi desenvolvido com moradores e trabalhadores de Unidades de Reciclagem de Lixo, em algumas comunidades, na cidade de Porto Alegre-RS. Foram realizados questionários e entrevistas semi-estruturadas, além de uma pesquisa documental para a coleta de informação sobre a realidade pesquisada. Os referenciais teóricos de Sandoval (1989, 1994, 2001) e Melucci (1989, 1994, 2001, 2004), sustentaram nossas análises sobre o impacto das políticas públicas para o exercício da cidadania. Percebemos que as políticas públicas incidem na vida dos indivíduos de modo a configurar valores sociais que permitem aos indivíduos se fortalecerem enquanto atores sociais e políticos, bemcomo se engajarem, coletivamente, em ações que possibilitem o exercício da cidadania, a emancipação e a qualidade de vida. (COSTA, 2007)

Dentro de tantas políticas públicas para a educação, analisa-se a as políticas públicas de formação de educadores em destaque, tendo em vista o papel que essas políticas exercem no aprimoramento da educação e de seu caráter para com a educação como um todo.

Verifica-se no contexto da educação, a questão do ensino e sua qualificação como indispensável para a construção, por parte da população, de um repertório para a construção de sua cidadania. Nesse bojo, os docentes são essenciais, pela contribuição no processo educativo. Assim, a qualificação desses sujeitos representa uma questão fundamental para a efetivação desse contexto cidadão dentro da educação.

Dessa forma, a melhoria da qualidade na educação passa pela formação continuada, tendo em vista a possibilidade de qualificar e atualizar os educadores, em relação à conjuntura no âmbito educacional e social. Essa valorização do magistério, com essa continuidade na formação, representa uma medida efetiva, tendo em vista que esse investimento representa, em suma, a essência do processo educacional.

Através das leituras realizadas, percebe-se que a formação continuada pode ser pensada em alguns aspectos de suas finalidades e proposições. A partir da experiência do município de Campo Bom, no Rio Grande do Sul, pôde-se perceber a existência de cinco elementos que circundam essa formação continuada. São eles a formação; a estrutura educacional; a jornada de trabalho; a remuneração e alguns princípios⁵

Nesse sentido, observa-se uma experiência próxima do contexto local, o que enriquece as contribuições acerca das políticas públicas de formação continuada no âmbito docente, principalmente no que concerne a presença de todos esses elementos para que se efetive o referido processo de formação.

De acordo com o apresentado, percebe-se como fundamentais a presença de alguns elementos, como condições essenciais para o desenvolvimento do trabalho docente, estas vão ao encontro de uma formação qualificada continuada, sendo essa formação atrelada às condições de trabalho e remuneração.

Um dos principais instrumentos que a educação continuada possui para a sistematização do processo de formação em serviço situa-se nos planos de carreira e sua adequação à legislação educacional, impulsionando o magistério no seu processo de

⁵ 1, Formação - Formação profissional para o domínio dos conhecimentos trabalhados em aula e dos métodos pedagógicos necessários 2, Estrutura educacional - Sistema de educação continuada para o constante crescimento do professor, com visão crítica e humanista 3, Jornada de trabalho Organizada de acordo com a escolar dos alunos, concentrada em um única escola, sendo pensado o tempo para complementação de atividades e atividades coletivas assim como o momento para a formação continuada 4, Remuneração - Salário que atribua dignidade ao profissional que compita no mercado de trabalho com outras atividades para candidato com nível de formação equivalente 5Princípios Deve apresentar compromisso social e política. (CAMPO BOM, 2002)

aperfeiçoamento. Dessa forma, percebe-se que as políticas públicas de continuada são representam grande possibilidade para a permanente formação dos docentes que estão na realidade da escola.

Dall'igna e Cossio (2011), ao pensarem sobre as políticas de formação continuada de educadores, desenvolvem reflexão acerca da situação no Estado do Rio Grande do Sul, no período posterior à Constituição Federal de 1988. Salientam as autoras em seu estudo que as diversas iniciativas encontradas situam-se no sentido da reestruturação curricular, acompanhada de processos participativos, no entanto, não havendo uma continuidade nessas alterações. Analisam, também, que em algumas das políticas observadas, há uma centralização da responsabilização no docente pela efetividade ou não das mesmas, não se levando em conta as questões da conjuntura social. Trazem um conceito de Freire, como possibilidade para a qualificação no âmbito da escola, esse se refere à formação permanente.

Em linhas gerais, a formação dos educadores não pode também ser considerada como resolução para os diversos problemas existentes na sociedade atual, principalmente no sistema educacional que se apresenta. Nesse sentido, necessário, pensar os processos de formação como possibilidades para ampliar o leque de possibilidades dentro da educação, no sentido da transposição das realidades e não situar os educadores como causadores dos grandes males de nossa sociedade (ARROYO, 2003).

Observa-se a formação continuada como um processo pelo qual começa a se pensar em novas estratégias na busca da efetivação de um novo educador, o qual esteja em constante atualização e repensando a sua prática através da própria formação (GATTI, 2000).

Nesse sentido pode-se observar um novo comportamento em relação ao tema da formação continuada, buscando refletir no educador uma nova possibilidade de profissional (NÓVOA, 1991).

Freire (1987) apresenta em suas reflexões a existência de uma relação dialética entre educador e educando, e nessas constantes formações estabelece-se nesses sujeitos, uma relação mútua de troca de conhecimentos e aprendizagens. Nesse contexto, observa-se estabelecer-se o processo da práxis, onde há um movimento incessante entre os aspectos reflexivos e os aspectos do campo da ação prática da vida cotidiana, realizando assim uma síntese entre esses dois momentos. Daí a importância da formação continuada de educadores, pois ela permite a instauração desse processo continuamente na realidade da educação.

Nesse movimento, para Freire (1987) a formação representa um caráter permanente, pois os sujeitos sociais em sua concepção são inacabados, seres inconclusos, ao mesmo tempo sabendo do caráter de sua inconclusão e de seu inacabamento. Por essas razões, a formação

continuada representa elemento fundamental para a educação, segundo o pensamento deste autor.

Silva (1999) sinaliza a fundamental importância, dentro da formação continuada docente, da presença de discussões atinentes aos currículos presentes nas escolas, tendo em vista a necessidade de se refletir acerca dos currículos vigentes, os quais por muitas vezes dão voz apenas aos padrões das culturas dominantes, transformando o currículo como uma ferramenta de hegemonia e poder.

Nesse sentido, a formação de professores, tanto em âmbito inicial como de forma continuada apresenta-se como um dos elementos à superação dos problemas da educação, como uma verdadeira ferramenta potencial para a melhoria da realidade escolar. (DALL'IGNA e COSSIO, 2011, p. 01.)

Dessa forma, verifica-se que nas últimas décadas identifica-se um papel de destaque das questões relacionadas ao papel do educador, seja em sua constituição enquanto ou em sua formação. Configura-se assim, imprescindível para os debates educacionais, a existência de reflexões sobre a articulação dos saberes desses sujeitos e a sua formação. (DALL'IGNA e COSSIO, 2011, p. 01)

Ainda pensando na argumentação das autoras, coloca-se a formação continuada como uma reivindicação dos educadores, pois esses pensam que através desse processo de formação terão uma possibilidade de valorização do trabalho docente, assim como a qualificação de sua prática na escola.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho, desenvolve-se uma pesquisa qualitativa acerca das políticas públicas educacionais no município de Pelotas, no tocante às políticas de formação continuada de educadores, desenvolvidas nesse município entre os anos de 2001 – 2004. A escolha deste recorte temático se dá pela experiência do autor deste texto, enquanto educador e como testemunha das inúmeras políticas de formação que emergiram neste município durante aquele período histórico. Além disso, a forma de interpretação empregada neste esforço se dá justamente pela história de vida do proponente deste trabalho, a qual se liga a realidade da educação, tendo em vista a presença da docência em sua vida enquanto elemento fundamental para a sua realização tanto profissional como pessoal.

Esse tipo de pesquisa caracteriza-se como um método que fornece uma compreensão aprofundada de fenômenos sociais, tendo em vista a subjetividade das ações em sociedade, tendo em vista as estruturas que revestem tal complexidade (HAGUETTE, 1999).

Além disso, diante da necessidade de investigação da proposta deste trabalho, necessário trabalhar-se a dimensão do campo de pesquisa como elemento, pois através do campo estabelece-se mais proximidade com o objeto na produção e reflexão de novos conhecimentos. Dessa forma, o trabalho de campo possibilitou um contato com a realidade presente no campo.

Tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo. Necessita, num primeiro momento, questionar. Esse questionamento é que nos permite ultrapassar a simples descoberta para, através da criatividade, produzir conhecimentos. Definindo bem nosso campo de interesse, nos é possível partir para um rico diálogo com a realidade. Assim, o trabalho de campo deve estar ligado a uma vontade e identificação com o tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta. (NETO, 2001, p.51-52)

Como norte para a consecução deste ensaio, procurou-se a realização de um estudo de caso, para que se torne possível um análise no município de Pelotas. A escolha dessa tipologia de investigação científica justifica-se por ser uma importante ferramenta metodológica, a qual permite um maior aprofundamento sobre o objeto em questão. Dessa maneira, analisa o objeto de forma mais integrada com seu contexto e configurações intrínsecas, isso representa um mecanismo nodal para que se tornassem possíveis as mais diversas reflexões aqui tratadas

(YIN, 2010). Além disso, tornou-se mais fácil investigar o objeto no próprio local de incidência habitual do mesmo, pela sua peculiaridade (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

2.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

As entrevistas foram compreendidas como um determinado processo, onde se observou uma interação social entre dois sujeitos, onde um desses na condição de entrevistador buscou informações a serem fornecidas pelo outro, neste caso o sujeito entrevistado ou depoente (HAGUETTE, 1999). Na entrevista, a fonte se localizou tanto nos fatores externos do observador, tais como o próprio roteiro e o informante ou entrevistado, como na situação interacional entre entrevistador e entrevistado, acrescidos dos vieses já mencionados e que se originaram na pessoa do pesquisador. Como indica:

Por outro lado, enquanto instrumento de coleta de dados, a entrevista como qualquer outro instrumento, está submetida aos cânones do método científico, um dos quais é a busca de objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real, sem contaminações indesejáveis nem da parte do pesquisador nem de fatores externos que possam modificar aquele real original. (HAGUETTE, 1999, p. 86 -87)

Pôde-se assim perceber, a partir do relatado no processo das entrevistas, que mesmo que a ciência não seja neutra, não se está afirmando que não se deva atingir à objetividade do conhecimento, tendo sempre em vista que a objetividade ideal é inatingível. Assim como não se pretendeu ter a inocência da captação do real como possível plenamente, isso não significou abdicar-se do rigor científico.

Em um estudo como o proposto nessa reflexão, inevitável se fez a utilização de entrevistas com os sujeitos que vivenciaram o processo ora pesquisado. Assim, foram aplicadas entrevistas de forma semi-estruturada tendo em vista a possibilidade que essa estrutura de entrevista forneceu para o pesquisador no sentido da flexibilização do processo de investigação com os sujeitos em questão. Pois com o andamento da entrevista naturalmente foram surgindo novos questionamentos que contribuíram à análise. Esses novos elementos não são esperados quando da elaboração das questões (MINAYO, 2002).

Então, na prática as questões iniciais serviram apenas de um roteiro de entrevista, o qual servindo como base para a condução das questões pontuadas com as depoentes e sendo um instrumento para o exercício reflexivo em relação às categorias que perpassavam o

trabalho (MINAYO, 2002). Novas impressões foram aparecendo para o pesquisador, dentro desse contexto, e conseqüentemente novas inferências realizadas, em um processo contínuo, até as dúvidas por parte do pesquisador serem sanadas.

Nesse processo, paulatinamente o pesquisador inseriu-se no universo, buscando os aspectos primordiais do objeto em questão. Essa dinâmica catalisou as ações do pesquisador, principalmente no processo de extração dos dados no campo, fazendo o diálogo entre teoria e prática (MINAYO, 2002).

Como suporte para a obtenção de dados e informações sobre as políticas públicas educacionais, além da realização das entrevistas contemplou-se neste estudo, a apreciação de documentos que faziam referência ao período relativo à pesquisa ora realizada. Situou-se como principal fonte de informações documentais, o documento Pelotas (2004), onde foram explicitadas as políticas educacionais realizadas.

Aplicação do instrumento de pesquisa

Foram aplicadas entrevistas diretas, com duas gestoras que trabalhavam na época na Secretaria sobre as principais políticas de âmbito municipal para a educação pensada pela SME (Secretaria Municipal de Educação). Dentro da SME, uma delas ocupava o cargo de Chefe do Setor de Políticas Educacionais e a outra trabalhava no setor Pedagógico. Essas foram escolhidas, tendo-se em vista sua atuação muito intensa naquele processo de gestão. Acrescentou-se também o fato delas serem educadoras que antes mesmo de trabalharem nessa gestão, conheciam a realidade do município, no que tange à educação municipal. Nesse sentido, as mesmas seriam as pessoas mais adequadas a fornecerem as informações necessárias para a realização da parte empírica do trabalho. Os dados obtidos de forma documental foram colocados em um diário de bordo, com a finalidade de organizar o material durante o processo investigativo. As entrevistas foram realizadas, a partir de um roteiro de entrevista semi-estruturado (apêndice A), com o objetivo de facilitar o processo de coleta das informações dos sujeitos pesquisados.

Análise dos dados

Os dados foram analisados através da realização de um diálogo entre o conteúdo documental e o material empírico da pesquisa. Como documento base à realização das inúmeras análises, como mencionado referiu-se à Pelotas (2004), um escrito editado pela Secretaria no final de sua gestão.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesse momento, apresentam-se os dados obtidos na parte empírica desse trabalho investigativo, assim como se analisa esses mesmos através do diálogo entre as entrevistas com as gestoras e a parte documental desta pesquisa. Para tanto se dividiu essa etapa, de forma específica com os objetivos que se pretendiam ser alcançados nessa empreitada. Para tanto, dividiu-se essa parte em cinco etapas.

A primeira referiu-se à caracterização do município de pelotas em relação à formação continuada de educadores. A segunda tratou das relações entre as políticas públicas de formação continuada de educadores com a construção e efetivação da cidadania. A terceira, buscou a identificação das principais comunidades escolares atingidas e mapeamento das e mapeamento das políticas públicas de formação continuada no município de pelotas de 2001 - 2004. na quarta parte, analisou-se os processos de articulação entre o poder público e a comunidade escolar para a efetivação das políticas públicas educacionais para a promoção da cidadania e sucesso escolar. Por derradeiro, na quinta e última parte, identificou-se os efeitos das políticas públicas educacionais de formação continuada de educadores à efetivação da cidadania

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PELOTAS EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES

Em relação ao contexto em que se observava o município de Pelotas, pôde-se perceber uma realidade precária em relação aos processos de formação, necessitando uma resposta educacional de um projeto de governo que tinha como princípios: a democracia, a transparência a participação. (ENTREVISTADA 2, 2012)

Vale destacar um aspecto fundamental deste momento histórico vivenciado no município, pela primeira o município de Pelotas elegeu um candidato, do Partido dos Trabalhadores para gerir a prefeitura. Assim com Fernando Marroni como prefeito e Mário Filho como vice vivenciou-se uma nova postura política. Como Secretário de educação, Mauro Del Pino atuou, de acordo com Pelotas (2004), com uma equipe para a efetivação da qualidade social na Educação municipal. Essa diretriz inspirou-se em experiências petistas,

executadas no município de Porto Alegre, onde diversas inovações se colocaram. Dentre elas uma das mais conhecidas referiu-se ao Orçamento Participativo, implementado por Olívio Dutra ao assumir a Prefeitura de Porto Alegre, no ano de 1988. Por essa política, as comunidades, democraticamente, decidiam em espaços coletivos, a destinação dos recursos públicos.

A partir da publicação realizada pela Secretaria Municipal de Educação (SME), acerca das inúmeras políticas públicas realizadas na área da educação, pôde-se perceber a presença de diversas espécies de políticas vivenciadas no período compreendido entre 2001 – 2004 - período estudado neste trabalho. (PELOTAS, 2004)

Conforme relatado, a publicação que se toma como base norteadora desta reflexão retrata o conjunto de Políticas educacionais vivenciadas no município, no início da década passada. Os textos presentes em todo o conteúdo deste retratam o trabalho de inúmeros trabalhadores da educação, sobretudo da equipe que trabalhava no setor de políticas educacionais de Secretaria.

3.2 RELAÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES COM A CONSTRUÇÃO E EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA

As políticas educacionais de formação continuada inseriram se, principalmente no eixo denominado “sucesso escolar”, esse representou uma das frentes de trabalho, para a qualificação pedagógica. Nesse sentido, conforme o relatado (Entrevistada 2), quando se falava no sucesso da(s) escola(s) necessariamente se pensava no direito à educação e na garantia da construção cidadania. Quando se abordava essas questões, em um dos momentos de conversa com essa pesquisada, ela trouxe exatamente o conceito pensado sobre cidadania, presentes nas políticas de formação continuada de educadores naquele contexto. Conforme:.

A cidadania se constrói a partir do momento em que os estudantes conseguem olhar para o mundo e ler esse mundo, a partir do que ele está recebendo na escola. Claro, sabemos que a formação de um ser humano não se dá apenas na escola. Dar aos estudantes por meio da escola, por meio da educação, possibilidades dele ler o mundo, ter ferramentas teóricas que possam dizer para ele o que é aquela rua que ele mora, porque que lá tem esgoto, não tem esgoto, por que lá tem posto de saúde, porque falta médico. Poder, a partir disso, ter uma participação efetiva. (ENTREVISTADA 2, 2012)

Nesse sentido, pelo que apontou a entrevistada, quando se trabalhava para o sucesso escolar se vislumbrava a cidadania e à formação continuada de educadores, essas perpassando todos os contextos da educação. Assim, percebeu-se a existência, nesse período, dessa formação cidadã, na educação infantil, nas séries iniciais, nas disciplinas do conhecimento, por regiões do município e na educação de jovens e adultos. Portanto, a formação para a cidadania perpassava os campos, as áreas e as modalidades educacionais presentes no município de Pelotas.

3.3 IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMUNIDADES ESCOLARES ATINGIDAS E MAPEAMENTO DAS E MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS DE 2001 -2004

De acordo com o encontrado, verificou-se a presença de inúmeras políticas públicas de formação continuadas no município de Pelotas neste período. Situando a diferença entre políticas públicas e programas, onde as primeiras representam um conjunto de políticas tomadas pelo Estado ou por governo para a qualificação de um setor. Em relação aos programas situam-se como um plano menor no campo de expressão, mais precário em relação a sua manutenção.

As políticas educacionais, no período relatado, inseriram-se em três eixos de trabalho da SME. Esses foram respectivamente: -eixo I – Sucesso escolar, - eixo II – Elevação da escolaridade média do conjunto da classe trabalhadora pelotense e- eixo III – Democratização da Gestão escolar.

Dos eixos mencionados, a temática pesquisada por este trabalho – a formação continuada de educadores esteve presente fortemente no primeiro eixo, denominado como “Sucesso Escolar” No entanto, percebeu-se que a formação continuada esteve presente em todos os eixos, mas sua base foi fincada nesse efetivamente. Por isso, concentraram-se as análises nele.

Destacou-se nesse contexto, a identificação de espaços que representavam as maiores comunidades atingidas pelas políticas de formação continuada, sobretudo algumas, principalmente pela ausência de formação para determinados contextos. Conforme a entrevistada aponta:

As políticas de formação continuada na educação infantil, na educação de jovens e adultos, educação inclusiva e educação especial representaram um forte trabalho naquele período porque não existia um trabalho nesse sentido. (ENTREVISTADA 1, 2012)

De acordo com o apontado, o setor da educação infantil, da educação de jovens e adultos, a educação inclusiva e a educação especial, representaram grande parte das demandas que a SME enfrentava como desafio para suas políticas educacionais, naquele contexto histórico.

Somou-se às demandas em relação a esses setores, o contexto que a educação infantil trazia, em cenário nacional, com a reestruturação conceitual sobre a mesma. Essas modificações, de acordo com as gestoras deram-se, a partir do advento do Decreto Municipal nº 4003 de 1999. Nesse sentido, havia uma carência grande na formação em educação infantil, até mesmo em virtude dessa imposição de ordem normativa, o que significou um grande desafio à rede. Nas palavras, sinalizou-se essa situação normativa:

Educação infantil trazendo o cuidado e à educação representou um grande desafio, antes eram creches, lugares que as crianças ficavam sendo cuidadas, enquanto o pai trabalhava. A concepção da legislação que se impunha naquele momento dizia assim: é preciso educar essas crianças, desde o berçário, porque é isso que prevê a educação infantil. (ENTREVISTADA 2, 2012)

Com essa situação, pelo relatado por ambas entrevistadas, a SME necessitou do apoio de diversas instituições. Dentre as de maior presença nesse processo, manifestaram que a Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas ingressou como parceira nesse desafio.⁶

No entanto, tantas outras políticas visualizaram-se no bojo da formação continuada no município de Pelotas naquele período. Percebeu-se, fundamentalmente, a existência nesse período de uma forte formação na área educação infantil, nas series iniciais, nas disciplinas do conhecimento, políticas por regiões do município educação de jovens e adultos. A formação estava em todos os contextos, tanto nos os campos, como as áreas e modalidades educacionais presentes no município de Pelotas. No entanto, observaram-se muitas outras políticas que enriqueceram a realidade da educação municipal. Essa riqueza, na diversidade das políticas, foram exploradas nas análises da tabela 4

⁶ Observa-se o respaldo da Faculdade de educação que já se anunciava linha de pesquisa currículo, se emergia um grupo já pensando a gestão, em especial a gestão democrática. Teve-se como parceria além da Faculdade de Educação da UFPel, o CAVG e IFSUL. Em 2004 registra-se o convenio com a Faculdade de Educação para a especialização em gestão escolar

Tabela 4 - Mapeamento das Políticas Públicas de Formação Continuada em Pelotas 2001 -2004

Tipo de Política	Objetivo
Políticas educacionais na formação continuada em séries iniciais	Buscando políticas que respeitasse os tempos de aprendizagem dos estudantes das series iniciais
Matemática	Formação continuada aos professores com o objetivo de ensinar a pensar a matemática para os estudantes, assim como problematizar o caráter evolutivo da matemática nas formações continuadas.
História	Nesses processos de formação continuada visava-se pensar qual a história que a história tem efetivamente, pensar sobre o pensamento da história. Assim com pensar a necessidade de se trabalhar nos espaços escolares a história local
Educação Física	A formação continuada nessa área buscava situar a educação física como um espaço de sonhos e lutas
Língua estrangeira	Objetiva-se nesse espaço de formação continuada a abertura de novos horizontes de mundo aos estudantes, com a presença de diversos projetos que fomentavam o plurilinguismo.
Geografia	As formações continuadas com os professores buscavam problematizar o mundo para a redefinição do espaço.
Arte	Essas formações buscavam a construção de novas linguagens na escola pela escola, através da valorização do ensino da arte.
Política Educacional à construção da Biblioteca municipal: um suporte à formação continuada	Esse espaço entra também na formação com a possibilidade da leitura do mundo em palavras e imagens, a partir da formação para o enriquecimento cultural e à cidadania.
Políticas educacionais na formação continuada em educação infantil – uma nova dimensão de educação infantil	Propunha uma nova dimensão de educação infantil, a partir de elementos como arte, socialização e autonomia da criança.

Tabela 4 - Mapeamento das Políticas Públicas de Formação Continuada em Pelotas 2001 -2004

Tipo de Política	Objetivo
Políticas Públicas de Educação no Meio Rural	Pensavam políticas que rompessem com o processo de discriminação, no fortalecimento da identidade cultural dos diversos grupos do campo
Políticas Educacionais Inclusivas	Essas políticas buscavam a inclusão social na diferença pela diferença, fazendo a diferença, com as multiplicidades dos sujeitos, como as políticas educacionais dos surdos, na inclusão destes e na capacitação dos professores.
Políticas da orientação Educacional	Buscava integrar os membros da comunidade escolar na organização do currículo da escola.
Políticas Públicas de Educação Ambiental	Essas eram observadas, fundamentalmente na qualificação e ampliação das políticas de educação ambiental, pensando o ambiental para além do lixo. Além da formação em educação ambiental para os educadores
Políticas Públicas à Paz e contra às drogas	Pensadas na formação para essas questões atuais de nosso contemporâneo.
Quilombo na Escola	Potencializou-se o respeito às diferenças na formação do cidadão.
Políticas de Valorização e Qualificação Profissional	Buscava- a qualificação da educação com a participação da comunidade escolar a partir de oficinas e seminários.

Fonte: Pelotas (2004)

Políticas Educacionais na Formação Continuada em Séries Iniciais

De acordo com o diálogo interpretativo entre a escuta das gestoras e o documento Pelotas (2004), pôde-se analisar a presença de diversas políticas relacionadas à formação continuada para essa área específica. Verificou-se, de acordo com as entrevistadas, a realização de um vasto diagnóstico nas séries iniciais, no âmbito do ensino fundamental por parte da SME. Esse revelou um grande nível de reprovação nas séries iniciais. Nesse sentido, a secretaria iniciou diversas ações com a finalidade da construção de subsídios para os educadores pensarem as dificuldades de seus educandos nas series iniciais.

Nesse processo, analisou-se como uma das questões chaves, a importância da qualificação do trabalho na sala de aula, assim sendo, pensado em processos de formação

docente nesse contexto, para que se obtivesse a superação daqueles índices de reprovação encontrados.

Também, a partir dos relatos das gestoras e as informações obtidas na publicação referenciada anteriormente, observou-se a organização por parte da SME de espaços para a formação continuada desses educadores. Essa diretriz buscava pensar e repensar a prática diária desses sujeitos com seus educandos, assim como a construção de propostas de âmbito pedagógico construídas pelo coletivo de educadores. Nesse sentido, pôde-se perceber a alteração que inúmeros cursos proporcionaram na realidade da sala de aula das series iniciais. Conforme, as palavras:

Os cursos levaram os docentes à releitura dos conhecimentos básicos em nossa cultura, e a entenderam-se como pesquisadores, mediadores culturais e criadores de situações de ensino-aprendizagem, discutindo e analisando teoria e ação pedagógica, partindo de uma visão interdisciplinar para a compreensão da realidade escolar. (PELOTAS, 2004, p.27)

Assim, percebeu-se, o papel que desempenhavam esses cursos de formação para os docentes das séries iniciais, no sentido da promoção desses sujeitos, esses se reconhecendo capazes de pensar o seu fazer pedagógico, através de potencialidades trazidas por eles, para a qualificação da realidade da escola.

Segue-se o relato, sinalizando um novo cenário para as crianças, situando-se um projeto denominado “Turmas Progressivas”. Nessa idealização se buscava a realização do trabalho docente, pensado através de diversas formas de compreensão para a alfabetização. Dentre essas se refletiu a importância da aprendizagem, a partir da linguagem corporal, da linguagem artística e do pensar.

Para a efetivação dessas formações, organizaram-se equipes de cunho pedagógico, composta por educadores de 1ª e 2ª séries, também pelo apoio pedagógico, a presença da arte e da educação física, com a finalidade de qualificar essa relação de ensino-aprendizagem. Objetivando-se assim, a construção de novos momentos e espaços.

Observou-se também, que a SME realizou capacitação contínua com o objetivo de ofertar, tanto o debate de teorias, assim como metodologias que pensassem as questões ligadas ao aprender e ao ensinar, pensando dessa maneira, na leitura e na escrita por essas novas possibilidades presentes na educação.

Políticas Educacionais em Matemática

Percebeu-se, no caso da Matemática, que uma das preocupações fundamentais pensadas pela SME, situou-se em buscar refletir onde se originava o gosto pela disciplina ou a aversão pela mesma.

Nesse sentido, a partir da construção de uma política educacional para Pelotas, essa criou espaços propícios para a reflexão sobre a prática pedagógica, tanto através de seminários como oficinas. Também se suscitou a reflexão acerca da elaboração do projeto político pedagógico (PPP) das escolas. Outro ponto a ser mencionado referiu-se à possibilidade que se teve de pensar o trabalho docente e o fazer pedagógico para a qualidade social de uma escola inserida no contexto de sua realidade cotidiana.

Dessa forma, ao pensarem sobre sua ação, vislumbrou-se uma crítica para a construção de novos horizontes para o trabalho do educador. Estimulava-se o docente a construir suas práticas na sala de aula, buscando pensar o ensino de sua disciplina, na construção de novas maneiras para a mediação do conhecimento com seus educandos. Essas atividades, como relatado, contaram não apenas com os educadores, mas coordenadores e gestores das escolas.

Fundamentalmente, essas atividades buscavam entender como os educandos aprendem e orientam a construção de novos caminhos para esses sujeitos. Nessa perspectiva, pensando na evolução da matemática, principalmente dos conceitos que vão se alterando com o tempo, elaborou-se pelos responsáveis da (supervisão), uma integração da área para refletir as práticas docentes. Para isso, essa reflexão em torno da matemática esteve presente nas reflexões na área da educação infantil, das séries iniciais, da educação de jovens e adultos e a educação especial, assim como nos demais projetos pensados pela SME e pela área da matemática.

Políticas Públicas em História

Em relação às políticas de formação continuada na área de história, o lema era a valorização da história local, para a qualificação do trabalho dos educadores com seus educandos. Nesse sentido, situaram-se dois projetos “Passeio Cultural” e “ Pelotas – nossa

história, nossa geografia, nossas lutas”, esses possibilitaram pensar aspectos específicos da realidade do município, um conhecimento assim mais aprofundado. Além disso, a SME suscitou que os docentes participassem do VII Encontro Estadual de História – ANPUH/RS - realizado em Pelotas.

Outra iniciativa nessa área referiu-se ao Projeto “Quilombo na Escola”, principalmente, buscando analisar a importância da história, ao refletir o tema dos afrodescentes e as questões que norteavam esse debate.

Diante do apontado, inferiu-se nesse trabalho realizado pela SME, a necessidade da construção de um pensamento que superasse a visão desses conhecimentos como simples memorizações de fatos passados. Para, além disso, problematizou-se a história por meio de formações continuadas, essas representaram verdadeiros espaços de pesquisas e de construção de saber.

Políticas Educacionais em Educação Física

Dentre as demandas principais para esta área, a formação continuada de docentes de educação física, emergiu como um dos pontos centrais, conjuntamente com o apoio a projetos extraclasse, assim como parcerias com diversas instituições. Principalmente verificou-se as realizadas com Escola Superior de Educação Física da UFPel, Secretarias Municipais, 5ª Coordenadoria Regional de Educação (RS) e MEC/ FNDE. Com essas instituições, não só, tornou-se possível a elaboração de inúmeras atividades extraclasse como se pôde qualificar a formação dos docentes, a partir dessas parcerias estabelecidas. Assim, a educação física, esteve presente desde a pré-escola em todas as escolas municipais em Pelotas.

Políticas Educacionais em Língua Estrangeira

As políticas desenvolvidas nessa área pensavam que para a formação do sujeito estabelecer-se efetivamente, o ensino da língua estrangeira representava elemento de fundamental importância nesse processo, principalmente pela possibilidade dos sujeitos interagirem com outras culturas, assim observando as diferenças existentes nos vários

contextos de sociedade. Nesse processo, a SME garantiu a presença de um profissional de língua estrangeira em cada escola do município.

Na formação continuada, a SME, promoveu diversos espaços aos profissionais dessa área, de caráter específico, para a reflexão das práticas pedagógicas realizadas. Apontou-se que a relação de ensino-aprendizagem, quando se tratava de língua estrangeira, sugeria presença de certo dinamismo, havendo assim uma impossibilidade de se pensarem questões estáticas para este tipo de ensino, principalmente pela evolução das dinâmicas nos aspectos histórico, social e cultural. Buscou-se também pela SME, a construção de projetos que estimulassem o plurilinguismo, no sentido de promover os sujeitos, pensando no desenvolvimento cognitivo dos mesmos. Para os educadores, foram promovidos espaços permanentes de formação, destinados à discussão das práticas nessas áreas, para se constituir uma política educacional articulada com o contexto da escola.

Políticas Educacionais em Geografia

Para a formação continuada de educadores na área da geografia, a SME promoveu diversas atividades. Dentre essas, se situa o Seminário “Pelotas – nossa história, nossa geografia, nossas lutas”, enaltecendo os elementos de nossa realidade local. Somou-se a esse trabalho, a realização de atividades, com a proposta de oficinas na promoção da reflexão sobre a temática, assim como palestras com questões específicas, em diversas questões atuais. Elas, principalmente, situavam-se na íntima relação da geografia com as questões ambientais. Essas políticas de formação buscaram pensar a geografia como um espaço de reflexão das questões sociais em que está inserida a humanidade.

Políticas Educacionais em Arte

A partir do que se observou em relação à arte, a SME buscava a construção de um novo pensamento em relação ao ensino da mesma. Para alcançar esse objetivo, como primeiros passos buscou-se a implementação de processos de qualificação do trabalho docente. Como instrumento para a efetivação de tais pensamentos, elaborou-se estratégias, as

quais iam desde reuniões de caráter pedagógico até oficinas, palestras e cursos. Nesse sentido, percebeu-se também, a presença de momentos de formação continuada nessa área, sendo possível aos educadores subsídios para o seu trabalho, em distintas linguagens e expressões. Como destaque, apareciam-se a dança o teatro, as artes e inúmeras atividades ligadas à música.

Vale destacar, a inclusão da disciplina de Música no currículo das escolas, tendo o primeiro concurso para a área. Assim como, verificou-se a presença de educadores de artes nas séries iniciais da rede municipal, esses profissionais atuavam com o lema que a linguagem artística representa uma expressão que alfabetiza.

Observou-se um fato importante em relação à arte, esse se situou na criação da Escola de Arte Ruth Blank, a partir de uma visão de sensibilizar e estimular a criatividade das crianças articuladas em contexto do ensino da arte. Além disso, foram propiciados espaços de manifestação da arte, levando-a até o contexto da escola. Essa também levada para os diversos locais da comunidade. Além disso, percebeu-se um espaço denominado escola “Faz Arte” que buscava promover um espaço para as manifestações artísticas nas escolas e em suas comunidades.

Política Educacional à construção da Biblioteca Municipal

Em relação a essa política, analisou-se no ano de 2003, a criação da Biblioteca da SME, representando um espaço para a promoção e qualificação do trabalho docente, assim como à inserção da comunidade no contexto da leitura e da informação. Os livros presentes na biblioteca deram suporte ao fazer pedagógico dos docentes do município na sua atuação nas aulas ministradas, assim como no processo de formação continuada.

Na biblioteca, realizaram-se diversos cursos de capacitação para os docentes que atuavam diretamente nas bibliotecas escolares. Essa realizada pelo financiamento do FNDE/MEC, a partir do Projeto Ações Educativas Complementares/Hora do Conto. Como lema da SME, a biblioteca representou um espaço para a comunidade que se situava em um horizonte para além da leitura, buscando-se a efetivação de um espaço cidadão através do fortalecimento dos aspectos culturais.

Políticas educacionais na formação continuada em educação infantil

A educação infantil viveu um novo momento, pois passou a ser um espaço de desenvolvimento cognitivo às crianças, nesse sentido pôde-se ser observado inúmeros cursos de formação nessa área. Em 2002, foram 60 horas para a formação, em 2003 mais 72 horas e em 2004, o número foi de 60 horas. Esse fortalecimento na formação à educação infantil caracterizou-se como espaço para a qualificação das práticas, tendo-se em vista esse novo olhar em relação à infância.

Políticas de Educação no Meio Rural

Um dos objetivos das políticas junto ao campo era a da realização de uma ruptura com as discriminações que eram observadas no âmbito das comunidades. Também, necessário se fazia promover a reflexão do fortalecimento das identidades desses sujeitos.

Devido às peculiaridades da modalidade de educação em meios rurais, a SME pensou em processos de formação continuada de educadores para aquele recorte específico. Nesse sentido, programaram-se grupos de estudos, no âmbito das escolas rurais, principalmente as multiseeriadas. Esses espaços proporcionavam trocas de diversas experiências, para a reflexão da prática cotidiana, de muitos educadores que enfrentavam aquela realidade diferenciada.

Políticas Educacionais Inclusivas

Inicialmente, analisou-se naquele momento, a presença de um processo intenso de reestruturação das ações executadas pela SME, onde se buscava o respeito às diferenças e ao reconhecimento de educandos com determinados tipos de necessidades específicas.

Nesse horizonte, para transformar as representações dos profissionais da educação, operou-se com inúmeros processos de resignificação em relação aos sujeitos com necessidades especiais.

Apresentaram-se como uma das iniciativas, a criação do CAPTA (Centro de Apoio, Pesquisa e Tecnologias para Aprendizagem), representando um espaço à comunidade escolar, fundamentalmente aos que permaneciam excluídos desse ambiente. Muitos investimentos foram observados, no que tange à infraestrutura para esse novo olhar em relação à educação especial.

Mencionam-se também diversas políticas em relação à educação de surdos, nessa esteira, apontou-se a qualificação dos docentes, a partir de cursos de formação continuada, para uma aproximação a esse universo. Buscando, dessa maneira, uma maior sensibilidade na relação de ensino-aprendizagem, para tornar mais efetiva a educação nessa modalidade. Essas políticas educacionais para surdos tiveram como origem o ano de 2000, no Colégio Municipal Observou-se também, a presença de cursos de Libras (Língua Brasileira de Sinais), tanto para os educadores da rede quanto aos funcionários.

Em relação à formação continuada, promoveram-se espaços para os educadores, assim como para supervisores da área de educação especial, esses tinham como propósito a troca de inúmeras reflexões e experiências dos docentes que vivenciavam essa realidade cotidianamente. Fundamentalmente, se buscava uma elevação na qualificação dos educadores da rede.

Verificou-se a concretização de algumas parcerias para a efetivação de tais políticas. Dentre essas, menciona-se a firmada com o Núcleo de Pesquisa de Políticas Educacionais para surdos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assim como a relação estabelecida com a Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas. Como produto deste diálogo interinstitucional, criou-se um curso de pós-graduação, no âmbito da educação para surdos, como possibilidade de formação continuada aos docentes ouvintes.

Verificou-se também, cursos de capacitação para a implementação das políticas à educação especial, esses foram os cursos na área de educação infantil (20 horas) e um outro trabalhando a educação especial e o acompanhamento escolar(20 horas).

Diante do apontado, inferiu-se que os diversos projetos pensados à qualificação dos educadores, vão ao encontro da efetivação de uma formação continuada, dando assim suporte à construção de políticas para esta modalidade de educação.

Políticas da Orientação Educacional

Com uma visão integrada com a comunidade escolar, surgiram as políticas educacionais nessa área. No entanto, dentro da lógica educacional municipal daquele período, não se conferia a devida valorização profissional a este sujeito. Nessa esteira, a SME, no ano de 2002, realizou como uma de suas políticas, o primeiro concurso para esses profissionais. Em 2004, o número de profissionais nesta área passou a ser de 50, o que modificou a realidade do município, demarcando assim a importância dos orientadores educacionais para a educação local. Além disso, situou-se a realização de um espaço para os orientadores, esse se referiu ao “Encontro de Orientadores Educacionais”, com mais de 70 profissionais.

Apontou-se também, diversas formações no âmbito da escola, relativas à violência doméstica e a inclusão no ambiente escolar. Dessa maneira, ao lado dos educadores, os orientadores estabeleceram uma relação muito profícua para a qualificação do espaço da escola, enquanto um contexto de aprendizagem e de trocas.

Políticas de Educação Ambiental

Diante dos inúmeros problemas de ordem ambiental, a SME, buscou pensar os processos de formação em educação ambiental, para além de uma visão restrita em relação ao tema. Não se tinha a concepção que a educação ambiental se resumia a questões como lixo e limpeza. Nesse sentido, analisou-se a sua importância nas reflexões em relação aos padrões de consumo de nossa sociedade, assim como na promoção de princípios de paz e solidariedade. Arelar as questões sociais e ambientais se fazia necessário, para fomentar esse tipo de educação, enquanto um instrumento de transformação da realidade educacional.

Verificou-se na SME, o papel da educação ambiental, como fundamental em todos os campos, modalidades e áreas de conhecimento. Para isso, desde 2001 constituiu-se uma comissão no município para tratar dessa temática em âmbito da educação municipal.

Na formação continuada, situavam-se atividades, realizadas através de diversas oficinas, palestras, seminários. Também eram pensadas inúmeras ações que incentivavam os educadores a participarem de campanhas e programas, os quais estimulassem a promoção desse tema na qualificação do trabalho docente.

Uma das iniciativas identificadas referiu-se a um curso de formação em educação ambiental, para educadores da rede municipal. Esta iniciativa realizou-se a partir do Centro de Estudos Ambientais (CEA), pensada de forma interdisciplinar e que possibilitasse aos docentes a problematização de inúmeras questões. Nesse curso, observou-se a presença de 60 educadores, os quais frequentaram quatro módulos, com 80 horas totais de formação, sendo os dois primeiros, no ano de 2003 e os dois últimos no ano de 2004.

Políticas Públicas à Paz e contra as drogas

Percebia-se a violência como um das questões urgentes dentro da educação brasileira. Nesse sentido, a SME buscou inúmeras iniciativas para preparar os profissionais no trato dessas questões. Dentre essas, verificou-se a presença de cursos de formação continuada para a qualificação dos docentes, para interagirem melhor com seus educandos, diante de várias questões ligadas à violência que se apresentavam. Também como legado dessa formação, os docentes passaram a serem multiplicadores de uma cultura da paz, dentro de sua sala de aula assim como em sua escola.

A questão das drogas também teve seu espaço na formação continuada de educadores. Nesse sentido, identificou-se a participação dos docentes, em cursos de formação, tendo como perspectiva que esses fossem multiplicadores na prevenção das drogas dentro do ambiente escolar. Analisou-se também, a constituição de espaços para os docentes trocarem reflexões e experiências de suas práticas. Esse pensado, a partir da consolidação de uma parceria com o Centro Regional de Estudos, Prevenção e Recuperação de dependentes Químicos – CENPRE – Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Políticas de Valorização e Qualificação Profissional

Nessa parte, visualizaram-se diversas atividades relacionadas à valorização e capacitação na rede municipal de educação. Dentre tantas, situaram-se as relacionadas à formação continuada de educadores, com a participação desses sujeitos em diversos eventos. Verificou-se a presença de docentes do município em eventos estaduais, como o “Poder

Escola” e em âmbito Internacional o “Fórum Mundial de Educação”, o qual considerado já o maior evento da área da educação em todo o mundo (deste evento, a SME fazia parte do comitê organizador). Além dessas atividades, observou-se a presença dos docentes em três seminários, realizados um a cada ano, com o objetivo de formação continuada para todos os profissionais da educação.

Acrescentou-se a parceria firmada entre a SME e as Faculdades de Educação - da UFPel e UFRGS - tendo como produto a construção de um curso no âmbito da pós-graduação, nas ênfase Gestão educacional, assim como um outro curso de pós-graduação na área de educação de surdos.

Quilombo na Escola

A questão etnicorracial, representou uma forte política educacional para o município nessa gestão. Para promover a reflexão acerca da história e cultura dos diversos sujeitos componentes da sociedade, a SME criou o projeto “Quilombo na Escola”, refletindo e repensando como esse espaço está vendo a história e a cultura dos afrodescendentes. Para implementação dessas diretrizes, estabeleceram-se práticas pedagógicas que viessem a resgatar nas crianças negras a sua cultura.

Nesse sentido, a SME propiciou um espaço destinado à troca de saberes e vivências, com o fulcro da promoção da cultura dos negros no interior da escola. Organizou-se dessa forma, três eixos de discussão para refletir a cultura negra. Foram eles: 1) História da África e do Negro, 2) Raça, Currículo e Práticas Pedagógicas e 3) Elaboração de Projetos. Esses eixos desenharam a formação continuada, pensando a cultura negra em toda a rede municipal de educação.

Com a exploração do quadro, observou-se a presença de inúmeras políticas públicas educacionais de formação continuada no município de Pelotas, em diferentes campos, áreas e modalidades do conhecimento.

Nesse sentido, percebeu-se a conotação dessa gestão, em pensar suas políticas, dentro da escola, com uma multiplicidade de sentidos, quando em diversos momentos expõe através desse mapa o panorama e a diretriz das políticas públicas de formação continuada para o município naquele período. Sempre, compreendendo-se a escola como um espaço de

construção e efetivação da cidadania e a gestão pública na educação como uma possibilidade de suscitar novas políticas aos cidadãos.

3.4 OS PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO ENTRE O PODER PÚBLICO E A COMUNIDADE ESCOLAR PARA A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA E SUCESSO ESCOLAR

Como principal maneira para aproximar-se das comunidades escolares, assim como dos profissionais da educação, a SME, procurou escutar os sujeitos que estavam vivenciando a realidade das escolas no município. Nesse sentido, buscou-se registrar todos os anseios que as comunidades escolares apresentam como fundamentais dentro de suas realidades.

Assim, de acordo com as gestoras realizou-se um mapeamento, a partir de onde a SME, como um todo organizou as diretrizes de gestão. Neste mapeamento relatado, duas questões emergiram como centrais dentro das escolas: a estrutura física dos prédios e a formação continuada. Esse mapeamento foi realizado e devolvido por meio de um seminário realizado, democratizando assim os resultados desse rigoroso diagnóstico.

A partir desse minucioso mapeamento elaboram-se três eixos estruturais na política educacional da SME já mencionados anteriormente. Dos eixos mencionados, a formação continuada de educadores esteve presente no eixo denominado como “Sucesso Escolar”

Um dos principais instrumentos que a SME utilizou para articular-se com as comunidades foi o orçamento participativo, o qual discutido dentro do âmbito da escola, sobretudo quando do mapeamento realizado sobre as demandas que as escolas apresentavam. Neste sentido pôde-se analisar uma política de gestão educacional de forma participativa e transparente como comenta:

O trabalho da SME refletiu essa política de governo, essa política pública de governo. O governo assume em 2001 a cidade de Pelotas e quer fazer um governo transparente, um governo de participação, um governo de democracia, portanto. (ENTREVISTADA 2, 2012)

Conforme o relatado, se apresentava como fundamental naquele momento, a escuta das comunidades escolares, para daí começar todo o trabalho, as vozes antes silenciadas da população agora precisavam ter espaço para mostrarem sua força nas decisões dos rumos da escola, sobretudo nos espaços de formação continuada e questões estruturais da escola.

Dentro do desafio que se tinha pela frente, de acordo com os relatos percebeu-se que uma questão que sinalizava como urgente era a as questões de ordem estruturais das escolas. Nesse sentido, enfrentar a questão da estrutura da escola situava-se como fundamental para iniciar qualquer processo em relação à formação continuada. Para tanto, o Setor de Engenharia pensou diretamente com o Setor Pedagógico um novo espaço da escola, espaços efetivamente adaptados ao contexto educacional. Assim, pensar a estrutura representou a qualificação pedagógica da formação também.

Mas para estabelecer-se a formação muito ainda houve de ser pensado. Nesse sentido, a questão que se somou nessa análise, referiu-se ao fato das pesquisadas apontarem a necessidade da formação dentro da escola para a própria escola escolher seus destinos, seus caminhos e prioridades. Em outras palavras não havia Projeto Político Pedagógico (PPP) na maioria das escolas para traçar esses anseios. Como se observou:

Ficamos surpresos de ver que a maioria das escolas não tinha Projeto Político Pedagógico, a maioria seguia um regimento outorgado, ou seja, imposto pela SME, que era o mesmo para todas as escolas. (ENTREVISTADA 1, 2012)
Como nós podemos pensar em autonomia pedagógica quando em diferentes contextos tem que obedecer a uma mesma lei, uma mesma lógica, um mesmo projeto. Quer dizer, aquilo que é bom lá na Z, talvez não seja bom aqui na cidade, talvez não seja bom na praia. (ENTREVISTADA 2, 2012)

Com essa nova situação vivenciada naquele momento, com a ausência do Projeto Político Pedagógico nas escolas, sinalizou-se para a necessidade de formação para os docentes e gestores no sentido da construção dos regimentos das escolas.

Observou-se assim, que a qualificação da gestão, a partir dos inúmeros processos de formação, contribuiu para o sucesso escolar, porque o estudante e os demais componentes da escola passaram a ter voz e vez, construindo-se assim, um legítimo espaço para o exercício de sua cidadania.

Além do descrito, a formação continuada alcançou também a própria estrutura da SME, tendo em vista que os gestores também entraram em processo de formação, para a construção de uma nova diretriz de gestão. Como panorama do apontado, verificou-se a constituição de um regimento para a SME, esse pensado, como instrumento para que as políticas educacionais obtivessem o maior êxito possível. Isso se verificou, conforme o relato:

Nós entramos em processo de formação na secretaria, nós também entramos em um processo de reestruturação da secretaria, fizemos um trabalho com as secretárias, com o setor administrativo separado do setor pedagógico, Nós terminamos com a reestruturação na secretaria interna que foi muito difícil, nós fizemos regimento,

onde nós fizemos as regionais dentro da secretaria. Então nós juntamos o setor administrativo e o setor pedagógico por regionais (ENTREVISTADA 1, 2012)

Diante do apontamento percebeu-se uma articulação entre os setores para a reestruturação da escola e da SME, para se romper com as contradições administrativas. Passados dois anos de gestão, a SME se reestrutura, tendo em vista a necessidade de se rever essa postura gestacional. No relato de uma das entrevistadas, afirmou-se que houve mudança de concepção da sintonia entre setores pedagógico e administrativo tão logo a mudança de gestão ocorrida em 2005.

Neste novo momento, vários foram os profissionais trabalhando coletivamente, o que gerou nos gestores que dirigiam as escolas, certo estranhamento, pois uma equipe especializada passou a ser responsável por pensar a educação e pensar a sua escola.

Houve um processo de formação para pais pertencentes aos conselhos escolares, através de um setor criado para trabalhar com a comunidade, assim como se verificou a formação das equipes diretivas para que essas pudessem encaminhar o projeto dentro da escola. Um das ferramentas para a formação dos Gestores concentrou-se o PDF - programa de descentralização financeira, o qual buscou democratizar as finanças na escola, conferindo verbas a individualizadas distribuídas pela SME. Esse recurso era gerido dentro da escola pelo conselho escolar.

Diante do apresentado, inferiu-se que a SME, inicialmente necessitou da realização de um intenso processo de articulação com as comunidades escolares. Após conhecer a realidade da educação no município, passou a pensar o ambiente escolar enquanto um ambiente democrático para a gestão de sua realidade. A formação continuada de educadores entrou neste mesmo contexto, ela representou um grande anseio da comunidade escolar pelotense. Assim, esteve fortemente presente nas políticas desenvolvidas pela SME.

3.5 IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES À EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA

De acordo com Pelotas (2004), a formação continuada esteve fortemente presente na gestão realizada pela SME. Nesse sentido, observou-se um elevado número de horas dedicado à formação. Assim, ano de 2001, foram 124 horas destinados, no de 2002 visualizou-se 48h, em 2003 87 horas e em 2004 184 horas.

Segundo Leite *et al* (2008), ao analisarem as políticas educacionais da Secretaria Municipal de apontam alguns efeitos que foram visualizados. Esses se referem à descentralização que a SME proporcionou na gestão e autonomia das escolas de toda a rede.

Nesse sentido, situa-se nos efeitos, visualizados até o presente, a qualificação da estrutura física como aspecto essencial, principalmente pela exigência das comunidades escolares, sobretudo, para pensar a escola, enquanto um espaço de participação e de permanente formação. Verificou-se que a qualificação da estrutura física representa ainda uma conquista para se efetivar os processos de formação continuada com qualidade. (LEITE *et al*, 2008)

Também se percebeu a qualificação e valorização profissional através de uma concepção de inclusão de todos os profissionais da educação no contexto da escola e como sujeitos nesse processo. A formação alcançou os educadores, assim como os demais membros da realidade escolar. (LEITE *et al*, 2008)

A criação das equipes diretivas representa outro legado desta gestão, pois a SME, através de uma nova concepção para a gestão escolar, inseriu nas escolas uma nova maneira de divisão dos poderes e um novo processo decisório se constituiu dentro das escolas e permanece ainda permanece como realidade. (LEITE *et al*, 2008)

A construção e consolidação do Projeto Político Pedagógico (PPP) dentro das escolas, representou um grande desafio à SME, tendo-se em vista a timidez com que se apresentava essa discussão naquele contexto histórico. No entanto, promoveu-se a consolidação do PPP, como uma realidade dentro do universo escolar, como uma possibilidade dos sujeitos que ali interagem, construir uma proposta coletiva de escola. (LEITE *et al*, 2008)

Um último efeito identificado referiu-se à descentralização dos recursos financeiros, esta representou um grande avanço para as escolas, pois passaram a contar com recursos, distribuídos pela SME, para que os gestores de cada escola pudessem estabelecer, de forma mais apropriada, as prioridades de cada escola. (LEITE *et al*, 2008)

Quando se teve autonomia financeira, as primeiras prioridades foram os aspectos físicos da escola, e esses se manifestaram como condições também importantes para a formação continuada tanto dos educadores quanto dos demais profissionais da educação. Assim o espaço representou um anseio da comunidade escolar. Na prática observou-se uma busca pela dignidade do espaço de trabalho como um dos componentes para a formação continuada, pois não se observava condições para a realização desse trabalho. Em suma, observou-se a existência de um processo de distanciamento de uma cidadania ativa na comunidade escolar. Como expressou-se nas palavras:

Esta cidadania, essa condição de dignidade é algo que a escola e as comunidades tomaram para si e não abrem mão disso, dificilmente hoje tu vais entrar numa escola e tu não vais encontrar uma quadra poliesportiva, um espaço didático para a educação física, que não tenha uma biblioteca, que não tenha um acervo mínimo. Essa dignidade de querermos uma escola limpa, organizada, pintada, com espaços específicos organizados, espaços do administrativo, para professores e funcionários, um espaço digno para o professor de educação física trabalhar, para o professor de artes. (ENTREVISTADA 1, 2012)

Diante do exposto, inferiu-se que esse processo de formação com o foco à cidadania e a dignidade, vivenciado no município de Pelotas, a partir da gestão de 2001 – 2004 geraram diversos efeitos, sobretudo no que tange à formação continuada docente. Vale lembrar que esses atingem diversas dimensões do interior da escola.

Assim, percebeu-se que quando alcançadas algumas autonomias em relação ao processo de gestão, articulado ao processo de formação, tornam-se irreversíveis os processos de emancipação da escola, pois atingiram o âmbito das consciências das pessoas, indo ao encontro da constituição da cidadania, a partir da educação.

Atualmente, existem algumas iniciativas em relação a esse processo de formação, conforme as entrevistadas, mas longe da concepção e estruturação que se pensava naquele contexto de gestão. O processo de formação continuada existe, mas reconfigurado, apresentado de forma bem distinta daquele vivenciado. (ENTREVISTADAS 1 E 2, 2012)

Fundamentalmente, as gestoras indicaram que a gestão que elas atuaram, propiciou a construção da autonomia, perpassando todos os espaços de formação continuada com os educadores da rede. A ideia pensada pelas gestoras era a de que não se outorga autonomia se constrói. As comunidades participaram desse processo de formação desde o início no mapeamento, até sua implementação. Elas levantaram as suas bandeiras e suas reivindicações. Conforme nas palavras.

Autonomia é algo construído. É preciso que as pessoas desejem não se conceder autonomia, se propiciar. Nossa gestão na SME abriu espaço para que as comunidades ficassem suas bandeiras, tomassem na sua mão, o que elas abriram mão. A partir dessa nossa experiência fizeram valer, claro depende de cada comunidade. Propiciamos tudo isso, por meio dos espaços de formação, por meio das políticas de democratização de gestão, por meio desse processo de pensar a escola como um espaço de inclusão para a deficiência, para os trabalhadores que abandonaram a escola, os quais dela excluídos no seu período de formação regular. O espaço foi aberto a todos, agora o compromisso de cada profissional. A participação das comunidades depende para além de políticas de governo, são políticas também de políticas de vida. (ENTREVISTADA 1, 2012)

Nesse sentido, buscou-se nesse processo de formação, a busca fundamentalmente da formação para autonomia nas mais diversas políticas de formação continuada de educadores

Esses processos de democratização e participação na escola estiveram de mãos dadas conforme o relato das gestoras. As gestoras relataram que queriam ir além do viés burocrático, da gestão das políticas educacionais de formação continuada. A vontade que se tinha era a qualificação pedagógica do processo de formação docente no município de Pelotas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre a gestão pública configura-se como tarefa um tanto quanto árdua em nosso país, pela complexidade de nossa sociedade, a qual constrói os sentidos de administração pública..

Nesse sentido, esse estudo ao pensar as políticas públicas educacionais à cidadania, sobretudo, as de formação continuada de educadores em Pelotas, no período de 2001-2004, trouxe a pauta das discussões, novos elementos para a qualificação da gestão na área das políticas educacionais.

Dessa forma ao investigar-se qual a efetividade das políticas públicas educacionais de formação continuada docente neste município, percebeu-se a fundamental importância desse caso vivenciado na realidade da educação no início da década passada, fundamentalmente no que tange a qualificação da gestão pública municipal.

Diante disso, após observar-se provisoriamente a efetividade dessas políticas públicas de formação continuadas em Pelotas, observaram-se as possibilidades que existem, dentro da gestão pública municipal local, para a formação de educadores. Isso posto, tendo em vista as inúmeras possibilidades de formação continuada observadas.

Na busca da caracterização, do município de Pelotas, em relação ao contexto que se encontrava a formação continuada de seus docentes, inferiu-se um processo de carência na formação em todas as áreas, campos e modalidades e conhecimentos.

Ao traçar relações entre as políticas públicas de formação continuada de educadores com a construção e efetivação da cidadania, verificou-se na formação, um espaço propício à construção de novos princípios à constituição dos sujeitos, sendo assim construída conjuntamente a cidadania com os mesmos.

Após a identificação das principais comunidades escolares atingidas e realização de um mapeamento das políticas públicas educacionais de formação continuada docente, observou-se a diversidade de políticas realizadas pela SME naquele período, as quais estavam presentes em todos os campos, modalidades e áreas. Verificou-se na educação infantil, na educação de jovens e adultos, na educação inclusiva e a educação especial, as comunidades mais atingidas pelas políticas da SME.

Ao descrever os processos de articulação entre o poder público e a comunidade escolar, percebeu-se que a SME realizou uma minuciosa fotografia da situação local do

município de Pelotas para poder implementar suas políticas, de forma mais contundente com a realidade escolar daquele momento.

Quando foram identificados os efeitos das políticas públicas educacionais de formação continuada de educadores, concluiu-se que se implementou um processo irreversível em relação a importância que os educadores conferem em relação à formação continuada dentro da realidade municipal. Para, além disso, verificou-se que a autonomia e a democracia dentro da escola representa ainda passo fundamental para a efetivação da cidadania no espaço escolar.

Diante do apontado, refletiu-se de forma provisória esse estudo, tendo em vista a dinâmica do conhecimento científico, pensando estes achados como sinalizações das políticas públicas de formação, como uma potência para a construção da cidadania na escola e pela escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Quem de-forma o profissional do ensino?** In: VILELLA, Maria dos Anjos (org.). *Tempos e espaços de formação*. Chapecó: Argos, 2003. p.103-118.

BALL, S. J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

CAMPO BOM. **Política Pública de Formação de Professores**. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Disponível em: <http://novo.campobom.rs.gov.br/informacoes/politica-publica-de-formacao-de-professores>. Acesso em: 19 mar.2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, p. 185-197, jul./dez. 2003.

COSTA, Giseli Paim. Um Estudo sobre Cidadania e Políticas Públicas em Porto Alegre. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.3, n.4, p. 75-103, nov. 2007.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DALL'IGNA, Maria Antonieta; CÓSSIO, Maria de Fátima. **As políticas estaduais de formação continuada de professores no RS (1990-2010)**. ANPAE. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0334.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação**. 2. ed Campinas: Autores Associados, 2000.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 2. Ed. Rio de Janeiro, 1998.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M. MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

LAHERA, Eugenio P. **Política y políticas públicas**.-ENAP. Disponível em: http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/19485/sps95_lcl2176p.pdf. Acesso em : 05 set. 2012

LEITE, Maria Cecília Lorea *et al.* Gestão escolar democrática: uma construção contextualizada em escolas municipais de Pelotas. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 2008, Porto Alegre. **Anais do XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino** (ENDIPE). Porto Alegre: EdUPUCRS, 2008. v. 1. p. 01-16.

MAINARDES, Jeferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos** (UNIVALI), v. 9, p. 4-16, 2009.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MELO, Marcus Andre. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 11-29.

_____. Estado, Governo e Políticas Públicas. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira: Política**. São Paulo: Sumaré, 1999, v. 3, p. 59-99.

MELLO, Guiomar Namó de. Políticas públicas de educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.5, n.13, set./dez. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n13/v5n13a02.pdf> Acesso em: 18 mar. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social, método e criatividade**. 20. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETO, Otávio Cruz. **O trabalho de Campo como descoberta e criação**. In: Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.) 18ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

NÓVOA. A. **Formação contínua de professores: realidades e perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

PELOTAS. Secretaria Municipal de Educação. **Fazer Qualidade social na educação**. Pelotas, 2004

POPKEWITZ, Thomas. S.. História do currículo, regulação social e poder. In: T. T. SILVA (org.), **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 173-210.

PRETTO, Nelson De Luca. . Políticas públicas educacionais no mundo contemporâneo. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 02, n.1, mar. 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/201/116>. Acesso em: 09 jan. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete. (Org.). **Políticas Públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2007, v. 1, p. 21-42.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 1999.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2012

THOENIG, Jean- Claude. Política Pública y acción pública. **Gestión y Política Pública**, vol. 6, n.1, p. 19-37, jan/jun 1997.

TREVISAN, Andrei Pittol ; BELLEN, Hans Michael Van . Avaliação de Políticas Públicas: Uma Revisão Teórica de um Campo em Construção. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, maio/jun 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2012.

WIEDERKEHR, Alessandra Helena . **Políticas Públicas Educacionais e o Acesso do Jovem ao Mercado de Trabalho**. Faculdade de Educação da UNICAMP. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/XFEnZpuF.pdf . Acesso em: 13 mar. 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNCICES

APÊNCICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1– Como se caracterizava o município de Pelotas tendo em vista o panorama que se encontrava as ações na área das políticas públicas de formação continuada de professores?
- 2– Descreva uma relação com as políticas públicas de formação continuada de professores realizada pela SME no período de 2001-2004? Qual a relação dessas políticas com a construção e efetivação da cidadania?
- 3– Quais as principais comunidades escolares atingidas com as políticas públicas educacionais de formação continuada de professores na construção da cidadania no período em Pelotas.
- 4– Como ocorreram os processos de articulação entre o poder público e a comunidade escolar (professores, diretores e gestores municipais) para a efetivação das políticas públicas educacionais para a promoção da cidadania e sucesso escolar?
- 5- Qual o efeito das políticas públicas educacionais de formação continuada de professores para a promoção e efetivação da cidadania para a população no município de Pelotas no período compreendido entre 2001 – 2004?